

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO



Ano 2
Número 21
R\$ 7,00



Funcionalismo Público nota 10

Cresce o número de cursos focados na capacitação e formação de servidores visando a melhora na administração pública



E MAIS:
Disputa entre bancos oficiais e não-oficiais por contas públicas

Merenda escolar ganha status de refeição e atrai empresas terceirizadas

ENTREVISTA: MEIRELLES FALA DOS PLANOS ESTADUAIS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

São Paulo tem as Melhores Estradas



Hoje, São Paulo tem as melhores estradas do país. Na lista das 20 mais, 19 estão no Estado de São Paulo. E algumas delas foram entregues nos últimos anos, como a Carvalho Pinto, a segunda pista da Imigrantes, o prolongamento da Marechal Rondon, a segunda pista da Mogi-Bertioga e a duplicação da Raposo Tavares.

São Paulo tem o Escola da Família



Criado em parceria com a Unesco, o Escola da Família é um programa premiado mundialmente, que tem ajudado a diminuir a violência e as depredações nas escolas. Nos finais de semana, toda a comunidade pode praticar esportes, se integrar em atividades culturais, participar de cursos profissionalizantes e, principalmente, envolver a escola num grande abraço protetor.

São Paulo tem a COHU



Mais de 210 mil casas populares já foram entregues em todo o estado e outras 52 mil estão em construção. Casas para comunidades indígenas, para as quilombolas e, para a cidade que sonham com a casa própria, um detalhe que faz a diferença: o imóvel é entregue no nome da mulher, garantindo tranquilidade para todos.

SÃO PAULO, UM ESTADO

Seriedade na hora de aplicar o dinheiro público. Eficiência para recuperar as finanças e tocar o desenvolvimento

São Paulo tem o Rodoanel



A maior obra viária do país está dividida em quatro trechos. Primeiro, foram construídos os 32 km do Trecho Oeste, que interliga cinco das dez principais rodovias que chegam a São Paulo: Régis Bittencourt, Raposo Tavares, Castello Branco, Anhangüera e Bandeirantes. A obra gerou 3 mil empregos diretos e 10 mil indiretos.

São Paulo tem o Poupatempo



Ninguém imaginava que isso seria possível. São mais de 250 serviços num só local. Documento na hora e sem burocracia. Já são 10 postos fixos em todo o Estado. O Poupatempo é serviço público de qualidade e respeito pelo cidadão.

São Paulo tem o Dose Certa



Remédio de graça! Dá para imaginar o valor que isso tem para quem precisa? São 41 tipos de medicamentos, nos postos de saúde e nas farmácias localizadas nas estações do Metrô e da CPTM. O remédio que a pessoa necessita.

CADA VEZ MELHOR.

Colocando a melhoria da qualidade de vida de todos os paulistas sempre em primeiro lugar.



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

Arrecadação de Soluções inteligentes para o estado e município que você quer



Com a CAIXA, os governos estaduais e as prefeituras contam com as mais inteligentes soluções em arrecadação de tributos e os contribuintes com a comodidade da maior rede de atendimento do País, entre agências, casas lotéricas, terminais de auto-atendimento e Internet. E não pára por aí. Ter a CAIXA como parceira traz outras vantagens, como:

- Aumento das receitas.
- Redução dos custos administrativos.
- Incremento da economia municipal.
- Troca eletrônica, diária de informações com entrega de arquivo retorno *on-line* para atualização dos tributos pagos.
- Crédito diário na conta do Órgão Público dos títulos pagos.
- Controle mais efetivo de pagamentos.
- Pagamento Eletrônico CAIXA - pagamento de tributos sem a guia.

tributos CAIXA.
gentes para seu
município e para
ve nele.



**CAIXA. Tudo que
seu estado e município
precisam para crescer.**
ndimento para estados e municípios CAIXA:
0800 573 0104
www.caixa.gov.br

CAIXA





**Associação Paulista
de Municípios**

Av. São Luís, 99 - 13º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01046-905

Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999

apaulista@apaulista.org.br

www.apaulista.org.br

DIRETORIA

DIRETORIA-ADMINISTRATIVA

Presidente

Celso Antonio Giglio

1º Vice-Presidente

Marcos Roberto Casquel Monti

2º Vice-Presidente

Welson Gasparini

3º Vice-Presidente

Rubens Furlan

4º Vice-Presidente

João Carlos Caraméz

SECRETARIA - MEMBROS DIRETORES

Secretário Geral

Antônio César Simão

1º Secretário

Dr. Hélio de Oliveira Santos

2º Secretário

Sebastião Misiara

3º Secretário

Itamar Francisco Machado Borges

TESOURARIA

Tesoureiro Geral

Flávio Callegari

1º Tesoureiro

José Luiz Rodrigues

2º Tesoureiro

Antonio Francelino

3º Tesoureiro

João Buzzo

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Aquevique Antônio Nholla

Secretário

Carlos Alberto Cruz Filho

CONSELHO TÉCNICO-MULTIDISCIPLINAR

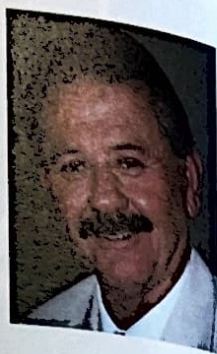
Presidente

Antonio Sérgio Baptista

Secretária Executiva

Daiva Christofoletti Paes da Silva

Passado, presente e futuro



Caros companheiros municipalistas, entre os festejos de final de ano e a preparação para o próximo, fazemos um balanço de nossas atividades e dos rumos que pretendemos dar ao municipalismo paulista.

Tivemos um ano cheio de atividades, no qual os governos municipais iniciaram seus ciclos no primeiro ano de mandato, o que nos fez intensificar os contatos com nossos companheiros prefeitos (as), vice-prefeitos (as), vereadores (as) e gestores municipais, na orientação jurídica, técnica e política.

Realizamos em abril, o nosso 49º Congresso Estadual, em Praia Grande, que reuniu toda a classe política do Estado para uma profunda reflexão e, troca de idéias, de informações e experiências, transformando o evento em um sucesso.

Assistimos, atônitos, à origem e evolução da profunda crise política que envolveu o governo federal e o país, com as graves denúncias e depois a sucessão de fatos que as comprovaram, deixando o povo brasileiro indignado e decepcionado.

Atentos a tudo, prosseguimos em nossa missão municipalista contando sem-

pre com canais desobstruídos com o Governo do Estado, e com o apoio do Governador Geraldo Alckmin que sempre respeitou nossa agenda, nos recebendo bimestralmente para receber reivindicações, ouvir ponderações e dialogar aberta e francamente.

Realizamos durante o ano, inúmeros cursos técnicos para os gestores municipais, culminando com a realização do 6º CBTIM, o Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios, que caracterizou-se, pelas palavras dos próprios participantes, em absoluto sucesso. Êxito este, atribuído à seriedade dos temas e excelência das palestras realizadas.

Prezados companheiros, voltamos as nossas primeiras palavras para dizer que, enquanto desfrutamos do repouso que os festejos de final de ano nos proporcionaram, refletimos sobre nossas atividades e missões para o próximo ano.

Sabemos que 2006 será um ano de intensa atividade política – com as sucessões presidencial e estadual, e a renovação dos parlamentos –, e que essas atividades haverão de ocupar todas as pautas políticas até o final do ano. Temos consciência de nossa

responsabilidade e do papel que deveremos desempenhar nesse processo.

Entre os dias 20 e 25 de março próximo, realizaremos o 50º Congresso Estadual de Municípios, o nosso jubileu de ouro. A cidade escolhida para sediá-lo foi Guarujá. Estamos tomando todas as providências necessárias para que o nosso Congresso faça jus à sua história e ao seu momento histórico. História escrita nestes cinquenta anos de realizações, feita por tantos companheiros que já se foram, mas que eternizaram suas idéias e ideais que hoje lutamos para mantê-los vivos. É momento histórico, pela ebulição política que estamos vivendo e que, por certo, estará presente nas articulações que inevitavelmente permearão durante o evento.

Detalharemos melhor a preparação e organização do 50º Congresso nas próximas edições. Por hora, receba nosso abraço e desejo de um ano repleto de atividade e realizações.

Saudações
municipalistas,

Celso Giglio
Presidente da APM

Celso Giglio
Antônio César Simão
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevirque Antônio Nholla
José Mauro Dedemo Orlandini



PRESIDENTE: Edmilson Cardial
VICE-PRESIDENTE: Roberto Müller Filho
DIRETOR-EDITORIAL: Luciano do Carmo
DIRETORA DE CIRCULAÇÃO: Rita Martinez
DIRETOR COMERCIAL: Márcio Cardial

Municípios

PUBLISHER: Márcio Cardial
marcio@editorasegmento.com.br



8 ENTREVISTA

João Carlos de Souza Meirelles, secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico

12 AÇÃO SOCIAL

Atuação do Fussesp tem saldo positivo em 2005

16 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Cursos voltados para o funcionalismo público crescem no país

21 SP EM NOTAS

22 ARTIGO

Desenvolvimento Urbano? Só com Plano Diretor

24 DISPUTA

Bancos públicos e privados disputam contas públicas

28 CASE

Para acabar com desconfiança em torno das licitações, Peruíbe monta seminário

29 APM RESPONDE

Dúvidas sobre Direito Público e Administrativo

30 INFOVIA MUNICIPAL

Projeto da Unicamp interliga prédios públicos para transmissão de dados

34 6º CBTIM

Confira quem participou do congresso de tecnologia

38 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Merenda ganha status de refeição e atrai empresas terceirizadas

44 RESGATE 50 ANOS

Ex-prefeito de Praia Grande relembra congressos da APM

46 INSTITUCIONAL

Diretoria da APM leva reivindicações do Conselho Consultivo ao governador

47 ENCONTRO

1º Fórum Metropolitano da RMC convoca sociedade civil

48 TCE

49 IBGE

FALE CONOSCO

REDAÇÃO: Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.

Tel.: (11) 3879-8212 – Fax: (11) 3879-8203

E-mails: redacao@municipiosdesaopaulo.com.br /

marcio@editorasegmento.com.br (publisher)

Cartas: Rua Ministro Sinézio Rocha, 150

CEP 05030-000 – São Paulo – SP

MARKETING: Informações sobre promoções, eventos, reprints e projetos especiais. Tel.: (11) 3879-8220.

marketing@municipiosdesaopaulo.com.br

PUBLICIDADE: Anuncie na Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo.

Tel.: (11) 3879-8216 e (11) 3879-8204

publicidade2@municipiosdesaopaulo.com.br

karencardial@editorasegmento.com.br

ASSINATURAS, RENOVAÇÕES E NÚMEROS ATRASADOS

Tel.: (11) 2165-9999 – Fax: (11) 2165-9986

www.apaulista.org.br

REDAÇÃO

Editora Segmento

Rua Ministro Sinézio Rocha, 150

CEP 05030-000, São Paulo, SP

Tels.: (11) 3879-8200/8212

Fax: (11) 3879-8203

www.editorasegmento.com.br

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por idéias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas por autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de cortar, articular e ensaios.

A secretaria coordenada por João Carlos de Souza Meirelles possui objetivos que se complementam: é responsável pela criação e manutenção das escolas técnicas e faculdades tecnológicas, e pela produção de pesquisa científica do Estado, que fortalecem o desenvolvimento econômico da indústria paulista, cujo suporte e controle também são feitos pela secretaria. Trata-se de um trabalho cíclico, com os resultados da ciência e da tecnologia diretamente ligados aos do desenvolvimento do Estado de São Paulo.

Em entrevista à *Municípios de São Paulo*, o secretário conta as dificuldades históricas e estruturais enfrentadas hoje pela economia e faz críticas ao atual modelo federal de políticas tributária, fiscal e cambial que, a ser ver, emperram um crescimento maior e ascendente. Aqui também Meirelles explica o funcionamento de programas estaduais como as Agências de Desenvolvimento Regionais e os Arranjos Produtivos Organizados, que podem ajudar os municípios a virar o jogo a favor do crescimento regional.

Regionalismo para crescer

Secretário João Carlos de Souza Meirelles fala dos planos estaduais para as áreas de ciência, tecnologia e desenvolvimento econômico

Por Rachel Bonino

Paulo Uras



Qual o principal entrave, barreira para o desenvolvimento econômico do Estado?

O Estado está removendo o conjunto daquelas grandes barreiras para o seu desenvolvimento. Só que as maiores são do governo federal. Os grandes entraves são de duas naturezas: histórica e estrutural. As de natureza estrutural são sobretudo de políticas nacionais e, por

tanto, econômica, tributária e de infra-estrutura. Para os municípios, o entrave maior se refere à falta de uma discussão para um novo pacto federativo. Temos uma política econômica meramente monetária, de controle do custo dos juros, que não cuida da reforma fiscal. E, finalmente, nós não temos uma política cambial, que é o que viabilizaria o crescimento das exportações.

Do outro lado, há o problema histórico. O modelo que se estabeleceu nos últimos 50 anos no Brasil promoveu apenas as indústrias metais-mecânicas convencionais. Esqueceu-se que a fundamental para o país seria aquela que agregasse valor aos produtos rurais na região onde ele é produzido. Isto gerou enorme deformação. São Paulo possui uma população de 40 milhões de habitantes, que teve um crescimento muito maior do que a população nacional. Em várias regiões riquíssimas no Estado, a população não cresceu como a do restante do país. Elas foram embora dali por falta de trabalho. Evidentemente, o desenvolvimento econômico paulista ocorre apesar dessas dificuldades, porque o governo estadual adotou uma postura de

resolver gradualmente esses problemas.

Quais os critérios para seleção de cidades para sediar escolas técnicas e tecnológicas, e como os municípios podem pleitear as unidades?

Não dá para, em poucos anos, atendermos todos os municípios – que é o ideal. Quando assumi a secretaria havia nove faculdades. Hoje temos 18. No primeiro semestre

política estadual. Com esse sistema de irrigar da grande cidade para a pequena, nós acreditamos que em, no máximo, cinco anos, poderemos atender o Estado todo.

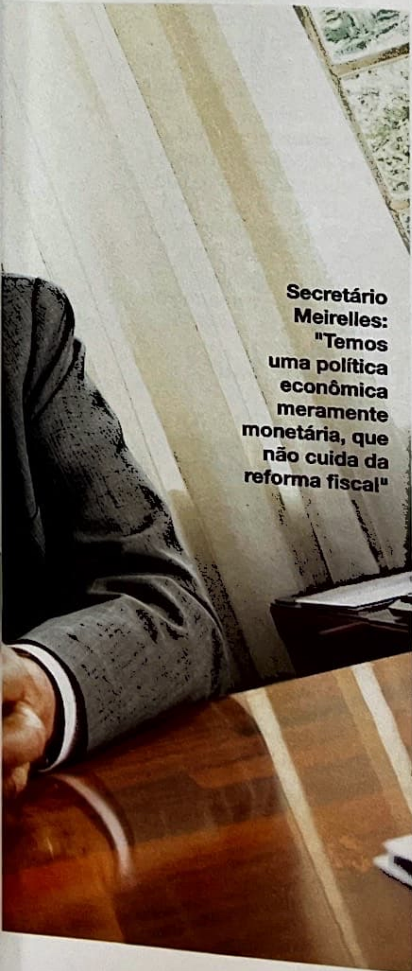
Como funcionam as Agências de Desenvolvimento Regionais (ADR) e como as prefeituras podem conquistar uma unidade?

Muitos consórcios municipais, em deter-

“Para ampliar o ensino técnico, estimulamos a formação de classes descentralizadas”

de 2006 serão 26. Estamos aumentando as escolas técnicas que hoje são 108. Para ampliar a atuação de uma forma mais dinâmica, estimulamos a formação de classes descentralizadas. Municípios que não têm densidade populacional para abrigar uma escola técnica podem trazer os professores das escolas das cidades maiores vizinhas para darem cursos específicos. Isso já acontece em mais de 50 municípios. A cidade menor precisa apenas de salas de aulas e da participação da prefeitura e do empresariado local. O Centro Paula Souza é o órgão executor

minados momentos, funcionaram muito bem e de repente se desarticularam com a entrada de um novo prefeito. A população não pode estar sujeita aos humores de legendas partidárias. Que solução imaginamos? As ADRs. Um grupo de até doze municípios identifica semelhanças para desenvolver suas indústria e resolver problemas regionais. Os estados e as prefeituras têm de participar, mas minoritariamente. Os empresários, os trabalhadores através dos seus sindicatos, as entidades da sociedade civil,



Secretário
Meirelles:
"Temos
uma política
econômica
meramente
monetária, que
não cuida da
reforma fiscal"

Por isso, as agências são OSCIPs [Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público]. Estamos em fase de operação. Precisamos agora da ajuda das lideranças municipais para estimular o privado a participar.

E com relação aos Arranjos Produtivos Organizados, como eles funcionam?

Os arranjos foram criados para organizar o sistema produtivo. É preciso encontrar um conjunto de empreendedores que já atuam no mesmo setor – como a região da Franca, Jaú e Birigüi, na produção de calçado – e mostrar que se se articularem é possível aumentar a produtividade. O arranjo visa consolidar as oportunidades já existentes na região e prover os gargalos das suas deficiências, com a articulação do Estado. Hoje temos 32 arranjos. Esse projeto tem dois anos e é desenvolvido em conjunto com o Ciesp, Fiesp e Sebrae.

Qual a principal meta da secretaria quando o assunto é comércio exterior?

Criar cultura exportadora. Durante 500 anos, fomos grandes exportadores, só que vendíamos pelo preço que nos davam, não pelo

preço que o nosso produto valia. Cultura exportadora significa ter mercado para o produto, qualidade, e certificações com padrões internacionais.

Criamos uma série de instrumentos, sendo o mais visível e que pode ser utilizado para todos os municípios, o Centro de Logística do Comércio Exterior, que é uma entidade criada com recursos privados mas sem fins lucrativos para estimular o comércio. O resultado: em 2002, São Paulo tinha exportado US\$ 20 bilhões. E, no últimos 20 meses, exportamos US\$ 37,5 bilhões. Com esse aumento, geramos 1,1 milhão novos empregos no Estado.

Alguns críticos do governo acusam o Estado de promover guerra com a Primavera Tributária. Como o Estado se defende?

O que nós estamos percebendo é um terrorismo fiscal de outros estados brasileiros contra aqueles mais industrializados. Ao invés dessa conversa mole, nós queremos que todos batalhem por uma reforma fiscal para impedir o excesso de gastos inúteis do governo federal. O Estado de São Paulo não faz guerra fiscal. Se fizesse, quebraria o Brasil.

FALA, PREFEITO

Prefeito Waldemir Gonçalves Lopes, de Tupã Qual é a perspectiva para a implantação de novos cursos dentro da Unesp de Tupã e nas demais unidades do Estado?

O prefeito de Tupã é um lutador. Olhe no mapa de São Paulo e verifique quantas cidades do tamanho de Tupã têm o privilégio de ter um curso de agronomia. A política do Estado foi de marcar a presença em todo o Estado com as faculdades. Só no ano passado, oito novas foram criadas em sete campi da Unesp, um dos quais em Tupã. Ainda não há perspectiva para implantação de novos cursos na região.

Prefeito João Paulo Tavares Papa, de Santos Como o governo de São Paulo está trabalhando para que as reservas de gás da Bacia de Santos se convertam em desenvolvimento para a região da Baixada e todo o Estado?

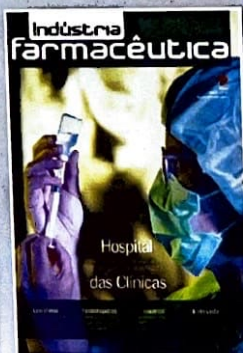
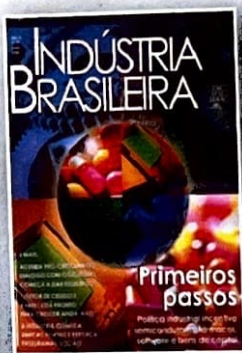
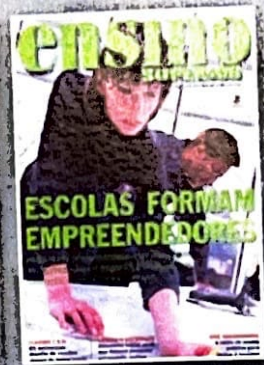
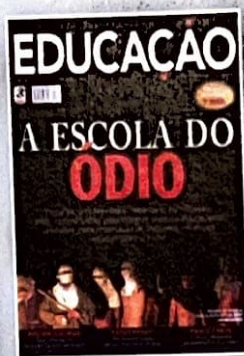
Esta é uma demanda que não é nossa, mas do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional de Petróleo e da Petrobras. São Paulo fez o que pôde e conseguiu. A Petrobras descobriu uma enorme jazida no Campo do Mexilhão, da ordem de 413 bilhões de metros cúbicos. Já está pronto o projeto para implantação do gasoduto que

vem deste campo de águas profundas e que vai entrar no litoral paulista por Caraguatatuba. A partir do segundo semestre de 2008, este novo campo vai dar um adicional de 17 milhões de metros cúbicos por dia, o que acrescenta quase que 50% ao gás disponível hoje no Brasil. Tudo isso está sendo um fator decisivo para o desenvolvimento de São Paulo porque o gás vai entrar num momento em que nós vamos necessitar de fontes alternativas para energia elétrica. É previsto que nós vamos ter uma crise de energia elétrica a partir de 2009.

Já temos um acordo da Petrobras e com as subsidiárias na região para que o gás custe 55% do equivalente do óleo diesel. Isso isso vai beneficiar enormemente a região da Baixada.

Prefeito Fuad Chucre, de Carapicuíba
É com satisfação que Carapicuíba receberá uma unidade da Fatec na cidade. Em quanto tempo é previsto o funcionamento pleno da escola? A construção do prédio está sendo tocada pela prefeitura, então o cronograma é dela. Nós já estamos programando os vestibulares. Como os cursos são semestrais e com três anos de duração, só no sétimo trimestre é que teremos todos os cursos em pleno funcionamento. ■

**Deixe a Segmento
cuidar de sua
comunicação editorial**



**Publicações internas e externas,
livros, revistas, conteúdo para intranet,
extranet e materiais institucionais.**

www.editorasegmento.com.br
marcio@segmentomc.com.br
tel.: 11 3879-8222/8223



Saldo do bem

Trabalho desenvolvido pelo Fundo Social de Solidariedade, comandado por Lu Alckmin, em 2005 bateu recordes em doações e em verba distribuída aos municípios

Por Maria Teresa Marques

O trabalho ainda não cessou, mas, chegado o fim do ano, a equipe do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (Fusesp) já pode ficar satisfeita com o balanço positivo dos

projetos desenvolvidos em 2005. Iniciativa fundamental para a boa avaliação do trabalho foi a transferência do governo estadual de carros entre os itens inservíveis do Estado, que são vendidos,

e seus valores, revertidos para o Fundo. A ação foi responsável por um aumento de cerca de R\$ 1 milhão nos recursos, o primeiro desta gestão.

Até o ano de 2004, os 645 municípios do Estado

recebiam um total de R\$ 5,16 milhões, o que resultava em R\$ 8 mil para cada cidade. Neste ano, a verba aumentou para R\$ 6,45 milhões, possibilitando distribuir R\$ 10 mil por município.

As vendas dos itens inservíveis são, assim, a grande fonte do Fusesp para todas as ações sociais municipais. Mas existem também as doações em espécie, num trabalho capitaneado pela presidente do Fundo, Lu Alckmin.



Dez mil padarias artesanais já foram montadas nas cerca de 2.500 entidades assistenciais paulistas cadastradas no Fusesp

Tais doações podem envolver os mais variados itens, por exemplo, cestas básicas para distribuição nas comunidades; tecidos, que são usados nos cursos de costura; materiais de construção; alimentos em geral ou qualquer produto que possa ser comercializado com destinação da renda para o Fundo.

ESTRUTURA

O funcionamento do Fussesp está essencialmente baseado no trabalho de várias coordenadoras de áreas, cuja atuação em alguns momentos se entrelaça no dia-a-dia, formando uma rede administrativa dinâmica e complexa pelo grande universo coberto pelas ações.

Em 2005, o Fundo atuou de forma destacada no projeto denominado Padarias Artesanais, idéia vinda da própria presidente e implantada no ano de 2001. O objetivo foi tornar acessível às comunidades carentes a produção de um alimento essencial, o pão. Para tanto, foi realizada uma parceria com a Secretaria da Agricultura, por meio da Cati (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) para o desenvolvimento do produto com receitas variadas. Além de atender à própria alimentação, os produtos podem ser feitos em casa,

num forno convencional, e até vendidos localmente, se houver demanda.

É importante ressaltar que o programa Padarias Artesanais não prevê destinação de recursos financeiros mas apenas o fornecimento de kits doados pela iniciativa privada, compostos de

na distribuição de kits, aproveitando o programa Escola da Família, que envolve a abertura das mesmas nos fins de semana. Segundo Marilene Nogueira de Medeiros,

etc), que depois serão os "multiplicadores" da técnica em suas comunidades. "Nas escolas, são convocados obrigatoriamente os diretores e mais alguém



O curso de artesanato e costura capacitou agentes multiplicadores de 20 pólos regionais

Vendas dos itens inservíveis são a grande fonte do Fussesp para subsidiar as ações sociais

forno de inox, batedeira, liquidificador, balança e assadeiras de alumínio. O custo unitário é de R\$ 700 a R\$ 800. Até o momento, desde o início do programa, já foram implantadas quase dez mil padarias artesanais nas cerca de 2.500 entidades assistenciais e favelas da capital cadastradas no Fussesp, nos 645 municípios paulistas. No interior, os fundos municipais são os responsáveis pela distribuição dos kits.

KITS DAS PADARIAS

O Fundo também incluiu as escolas estaduais

que cuida da capacitação de padarias artesanais, do total de 5.381 escolas, 3.957 já estão equipadas com os kits; 1.014 estão capacitadas e aguardando o equipamento; e 209 aguardando a capacitação. O programa capacita, na sede do Fussesp (localizado no Parque da Água Branca, em Perdizes, na capital), duas pessoas por unidade (escola, favela, entidade

que indicarem", explica Marilene. Segundo Samia de Fátima Souza, diretora do Núcleo de Atendimento às Entidades (NAE), na capital, até o momento 1.471 dessas associações receberam kits.

Na distribuição dos kits nas favelas da capital, quem fornece as informações é Diva Carvalho, assessora do Núcleo de Favelas do Fundo Social. Neste ano,

diz Diva, foram implantadas 30 padarias em 30 favelas. Mas foram visitadas mais de 130 dessas comunidades, num trabalho que envolve muitas outras ações, como infocentro, cursos de alfabetização e o "macarrão solidário", em que são doadas pela iniciativa privada máquinas e insumos para a produção do alimento. A cidade de São Paulo tem atualmente 2.018 favelas, das quais 1.107 estão na Zona Sul.

GERAÇÃO DE RENDA

Além das Padarias Artesanais, outra via de atuação do Fussesp são os projetos

cidade". Organizar toda a documentação necessária para isso, diz Zeila, não é muito fácil, daí a importância de uma assessoria já nessa fase.

Segundo Zeila, no ano de 2005, a presidente do Fussesp, Lu Alckmin, realizou 26 reuniões de avaliação do estágio dos vários projetos implantados. "As reuniões foram feitas nos chamados pólos regionais do interior, com a presença das primeiras-damas de vários municípios vizinhos."

Também em 2005, um novo projeto de geração de renda tomou forma no Fussesp, segundo explica

São criados bordados, jogos americanos, trabalhos em patchwork e peças de vestuário. Para este projeto, houve um grande presente este ano, quando a Receita Federal doou mercadoria chinesa apreendida, num total de 300 toneladas de tecido, utilizado para confecção das roupas em vários municípios. Jacqueline, ex-empresária do ramo da moda, diz que o setor carece de mão-de-obra especializada e o programa pode contribuir para fornecê-la.

ENTIDADES

Responsável pelo atendimento às entidades na capital, Samia explica que é obrigatório o cadastramento dessas associações no Fundo. Atualmente, diz ela, são 2.840 entidades cadastradas de 96 distritos da capital nas cinco regiões. "É importante uma cuidadosa avaliação para saber se estão legalizadas, ou seja, com ata de fundação, ata atualizada, cartão de CNPJ, estatuto etc". O Fundo faz ainda acompanhamento posterior para checar a continuidade dos programas. Para estas associações, o Fussesp repassa apenas doações, sempre em espécie.

Aqui, o Fussesp não prescinde também de trabalho voluntário. A equipe de Gislane Cristina Abe

(também responsável pela avaliação de projetos em geral no Fundo), composta por 59 pessoas – a maioria mulheres – está desde o ano passado envolvida no processo de avaliação do funcionamento das Padarias Artesanais nas entidades da capital. "Cerca de 70% das entidades têm suas padarias artesanais em pleno funcionamento", diz.

O ano de 2005 foi ainda marcado no Fussesp por mais um recorde numa ação tradicional: a Campanha do Agasalho. Neste ano, foram doadas 18 milhões de peças. Em 2004, foram 11 milhões; em 2003, sete milhões e, em 2002, 2,2 milhões.

Programa de Padarias Artesanais foi idéia vinda da própria Lu Alckmin e implantada no ano de 2001

de geração de renda, implantados com os recursos financeiros recebidos do Estado. Neste ano, os R\$ 10 mil por município. Os projetos são elaborados pelos fundos municipais, sempre presididos pela primeira-dama do município, que detectam as prioridades regionais. Zeila Nogueira explica que seu trabalho é auxiliar tecnicamente a implantação desses projetos. "E isso pode começar até na própria criação de um fundo municipal na

Jacqueline Canovas, coordenadora dos cursos de agentes multiplicadores. Trata-se do curso de artesanato e costura, que na capital atendeu às entidades cadastradas no Fundo. No interior, a capacitação ocorre nos pólos regionais. Jacqueline diz que, até julho deste ano, pelo menos 20 desses pólos haviam sido capacitados. "Uma regra do curso é trabalhar com produtos que sigam as tendências da moda", ressaltava Jacqueline.



Lu Alckmin: para 2006, o sonho é transformar São Paulo no maior pólo de costura do Brasil



COSTURAR O FUTURO

À frente do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (Fusesp) desde 2001, a primeira-dama do Estado, Lu Alckmin, se diz satisfeita com os resultados obtidos pela entidade em 2005. "Foi além do que eu esperava", diz. Seu trabalho se concentrou nas visitas de avaliação de projetos nos municípios. Foram ao todo 26 visitas, cobrindo todo o Estado. Para o ano que vem, o sonho é transformar São Paulo no maior pólo de costura do Brasil, por meio dos cursos de capacitação.

Lu diz que aprendeu grandes lições com Lila

Covas, viúva do ex-governador Mário Covas – falecido em março de 2001 –, que lhe mostrou como atuar para conseguir parcerias. Lila é, aliás, um dos personagens do livro que retrata grande parte da vida da primeira-dama, escrito pelo secretário de Estado da Educação, Gabriel Chalita, com base em entrevistas com toda a família Alckmin. Lançado no final de novembro, o livro *Seis lições de solidariedade* é, no dizer de Lu, a mensagem de "como é fácil fazer o bem. De como as pessoas só precisam de uma mãozinha para transformar sua vida".

Leia entrevista concedida à *Municípios de São Paulo*.

Qual a sua avaliação do trabalho do Fusesp em 2005?

Estou muito feliz porque acho que foi além do que eu esperava. Levamos a todos os municípios os projetos tocados pelas primeiras-damas locais que têm sido maravilhosas. Tiveram garra, vontade, arregaçaram as mangas. Avaliei os projetos municipais em 26 reuniões em pólos regionais. Ouvi muitos relatos sobre as padarias artesanais, por exemplo, e soube que algumas, atuando em conjunto, viraram centros profissionalizantes.

Qual a sua maior dificuldade na conquista de parcerias?

Fazer parcerias não é difícil. Aprendi com Lila [Covas], que era muito eficiente nisso. E não posso reclamar dos parceiros: conseguimos uma doação de 300 toneladas de tecido da Receita Federal, e atingimos 18 milhões de peças na Campanha do Agasalho deste ano.

Como surgiu a idéia do livro *Seis lições de solidariedade*?

Veja todos estes volumes [Lu aponta para sua mesa com várias brochuras encadernadas, cheias de fotos e dados]. Eu registro tudo que faço frente ao Fundo porque gosto de prestar contas. Aí começaram a sugerir que eu escrevesse um livro sobre isso. Como não sou

escritora, pedi ao Chalita que escrevesse o texto baseado em entrevistas comigo e com minha família.

Que mensagem a senhora quis passar?

Que é muito fácil fazer o bem. Que as pessoas só precisam de uma mãozinha para transformar sua vida. Foi também uma homenagem a todas as mulheres maravilhosas que vêm trabalhando em ações sociais.

A senhora tem algum plano especial para o Fundo em 2006?

Quero fazer do Estado de São Paulo o principal pólo de costura do Brasil. Trata-se de um projeto que envolve um curso de um dia e meio de capacitação, iniciado em fevereiro. Das toneladas de tecido, malha, doadas pela Receita Federal, cada município recebeu 300 kg de material para trabalhar. O José Jacinto Alves Filho, prefeito de Auriflama [conhecido por Pregão], confeccionou gratuitamente mil moldes para enviar junto com os tecidos, numa forma de direcionar o trabalho dos capacitados mostrando qual é o caminho da moda atual. Só na capital, foram 600 pessoas capacitadas no curso. Hoje, o Estado de São Paulo inteiro está costurando e bordando. Para 2006, também queremos completar o contato com as escolas estaduais para implantação das Padarias Artesanais. ■■



Capacitação pública

Universidades, instituições estaduais e ONGs oferecem cursos livres de capacitação, graduação e pós-graduação para servidores públicos

Por Juliana Tavares

Atendimento de qualidade, transparência nas relações e respeito à cidadania. Essas características poucas vezes são apontadas como sinônimo de funcionalismo público brasileiro. Para acabar com a desconfiança

da sociedade e melhorar a qualidade do serviço público ONGs, universidades e órgãos públicos estaduais e federais oferecem cursos de capacitação, extensão, profissionalização, graduação e até um MPA (Master Public Administration)

– um curso de MBA alicerçado pela Fundação Mário Covas (FMC) e ainda inédito no país, com início previsto para 2006. As vantagens de tais propostas são inúmeras: se, do lado do servidor público, os cursos ampliam sua visão

global e possibilidades de carreira, na outra ponta, a sociedade poderá contar com uma gestão pública eficiente e humanizada.

A capacitação do servidor não é um tema recente. A Escola Nacional de Administração Pública (Enap), vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por exemplo, foi criada em 1986, em Brasília, justamente para desenvolver competências dos servidores. Em 2003, teve o seu curso de especialização em Gestão Pública credenciado pelo MEC e, graças ao seu apoio, importantes programas de capacitação foram desenvolvidos ao longo do país. As atividades, que abrangem cursos – presenciais ou a distância, de especialização ou de



Enika Onodera

formação – e seminários, são abertas, principalmente, aos servidores públicos das esferas federais. “Porém, quando solicitado por prefeituras e outros órgãos públicos, a Escola pode promover cursos em outros estados e municípios do Brasil, por meio do Programa de Parcerias”, informa a chefe de gabinete da Enap, Natália Massaco Koga. Os cursos a distância, lembra, são gratuitos.

A grade da Escola é voltada para as necessidades da alta gerência, e incluem, por exemplo: o Programa de Capacitação em Gestão de Pessoas, o Programa em Gestão da Logística Pública, o Programa em Gestão do PPA, o Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais (DGOS), a metodologia

de mapeamento de competências, a elaboração de plano de capacitação, entre outros.

CAPACITAÇÃO ESTIMULADA PELA LEI

A Enap, sozinha, não conseguiria abarcar todo o contingente de servidores públicos do país que, segundo o IBGE, chegava a quatro milhões em 2002, apenas no âmbito municipal. Quando foi levantada, a necessidade de capacitação também não era tão latente quanto agora. “A capacitação passou a ser uma necessidade para o processo de governança principalmente após a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000. Os gestores foram obrigados a se submeter à legislação. Por conta disso,

a demanda por cursos cresceu vertiginosamente”, explica José Pedro Lins, superintendente da Fundação Mário Covas (FMC) e coordenador da Escola de Governança Mário Covas.

curso em Master Public Administration (MPA) do Brasil, criado aos moldes do curso de Administração Pública oferecido pela Kennedy School of Government, da Universidade de Harvard

Cursos ampliam possibilidades de carreira do servidor e, indiretamente, melhoram a gestão pública

Além de contribuir para o aperfeiçoamento dos gestores públicos, oferecendo cursos e seminários a partir de pesquisas feitas com antigos alunos, como o curso de extensão em Ética, Responsabilidade Fiscal e Governança Pública, a FMC, aliás, pretende iniciar, no segundo semestre do ano que vem, o primeiro

(EUA). O curso está sendo elaborado com o apoio da Unesp e deverá ser ministrado na capital.

Enquanto isso não acontece, para ampliar a participação dos servidores em suas atividades, a Fundação faz alianças com secretarias e órgãos públicos. “O servidor público tem interesse em aprender,



Marcelo Pereira

Fingermann, da FGV: Instituição foi a primeira a ter curso superior na área

mas tem dificuldades de recursos. As parcerias são fundamentais", diz Lins.

PARCERIAS

Outra instituição que também oferece cursos aos servidores é a Escola da Cidadania do Instituto Pólis (Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais), ONG criada em 2002.

"Trabalhamos métodos participativos para formar lideranças e qualificar atores do Estado e da sociedade civil para a implementação e avaliação crítica de políticas públicas", explica a assistente pedagógica da instituição, Viviane Nebó.

equipes multidisciplinares, os cursos são desenvolvidos também a partir de demandas de órgãos públicos. "Cursos, como o de Orçamento Público, foram solicitados por prefeituras e podem ser ministrados *in company*", informa Nebó.

em fevereiro de 2006. O primeiro, voltado aos agentes públicos, servidores e outros profissionais interessados, será ministrado a distância para poder abranger profissionais de outras cidades. "O curso vai abordar a história da constituição da sociedade urbana, as experiências de democracia representativa e ação direta, o protagonismo social, formas de gestão e

Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, capacitação passou a ser uma necessidade para governos

A área de Gestão Pública Participativa oferece cursos de políticas públicas redistributivas, orçamento público e cidadania, Estatuto da Cidade, desenvolvimento econômico local, entre outros. Elaborados por

Em parceria com a Universidade Metodista e a Oficina Municipal, o Instituto Pólis desenvolveu os cursos de pós-graduação lato-sensu em Gestão de Políticas Públicas Participativas e em Gestão e Política de Cultura, ambos a serem iniciados



Divulgação

Alves, da Metodista: universidade tem cursos de pós

RELAÇÃO DE CURSOS

Conheça as instituições e entidades que oferecem cursos para servidores públicos municipais:

GRADUAÇÃO		PÓS-GRADUAÇÃO	
FGV Administração com habilitação em Administração Pública Tel.: (11) 3281-7700 Fax: (11) 3284-1789 www.fgvsp.br	FGV Mestrado e Doutorado em Administração Pública e Governo Tel.: (11) 3281-7700 www.fgvsp.br	PUC-Campinas Especialização em Gestão Pública Tel.: (19) 3756-7089 www.puc-campinas.edu.br	Fiap Gestão de Tecnologia da Informação para a Administração Pública e Governo Eletrônico Tel.: (11) 3385-8010 www.fiap.com.br
	Fundação Escola de Sociologia e Política Pós-graduação em Gestão Pública Tel.: (11) 3123-7800 / 3255-2001	Fipecafi MBA Controladoria na Gestão Pública Tel.: (11) 2184-2000 www.gecon.com.br ou www.fipecafi.com.br	Universidade de Taubaté Administração Pública Tel.: (12) 3832-2460 www.unitau.br
	Núcleo de Gestão Pública (Universidade Católica Dom Bosco e o Instituto Uniemsp) Especialização em Gestão Pública Tel.: (11) 3255-4300 www.gestaopublica.org.br	Metodista Gestão e Políticas de Cultura e Gestão de Políticas Públicas Participativas (a distância) Tel.: (11) 4366-5571 www.metodista.br	Fundação Mário Covas Cursos diversos de extensão universitária Tel.: (11) 3105-9595 www.fmcovas.org.br

políticas públicas integradas, entre outros assuntos”, revela o coordenador do curso e professor da cátedra de Gestão de Cidades da Metodista, Luiz Roberto Alves.

objetivo é promover uma reflexão sobre as práticas culturais e entender como elas podem contribuir para o desenvolvimento da cidade e para a criação de novas políticas públicas. “Ao

em Estudos e Pesquisas de Administração Municipal), por exemplo, oferece uma série de cursos e seminários com assuntos relacionados às licitação, à previdência

Adalberto Marques



Amary, do Cepam:
mais de seis mil
pessoas capacitadas

presidente da entidade, Renato Amary. “Mais de seis mil pessoas já foram capacitadas, sendo que 80,5% atuam no serviço público municipal.”

Considerada centro de referência em administração pública, a Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) – vinculada à Casa Civil – oferece consultoria e cursos técnicos para qualificação de recursos humanos para órgãos ligados ao governo. Presenciais ou a distância, os cursos que abrangem capacitação em compras, governo eletrônico, entre outros, são voltados para os servidores estaduais. Porém, o alto índice de procura pelos municípios fez com que a Fundap iniciasse, em 2005, parcerias com as prefeituras. “Os

Muitas instituições oferecem parcerias às prefeituras para ministrar cursos a distância

Já o curso de Gestão Política e Cultura foi elaborado para profissionais que atuam ou que estejam interessados em ingressar no campo da cultura em órgãos públicos, em entidades não-governamentais e em comunidades. De acordo com a coordenadora da pós-graduação, Nanci Rodrigues Barbosa, o

contrário do outro curso, este será presencial”, afirma Barbosa.

APOIO DO GOVERNO

Assim como as entidades sociais e o governo federal, o do Estado de São Paulo também tem iniciativas para capacitar o serviço público. A Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam (Centro

social, ao processo legislativo, entre outros. “Os cursos são elaborados a partir de levantamentos periódicos feitos com as prefeituras e câmaras”, afirma o

CURSOS LIVRES

Associação Brasileira de Desenvolvimento de Lideranças
Curso Planejamento e Gestão Participativa
Tel.: (11) 3719-1532
www.abdl.org.br

Cepam (Fundação Prefeito Faria Lima)
Cursos e seminários diversos: licitação e contratos, planejamento e gestão das contas públicas, consórcios, previdência social, entre outros.
Tel.: (11) 3811-0300
www.cepam.sp.gov.br

Instituto Pólis
Cursos e Seminários diversos: políticas públicas redistributivas, orçamento público e cidadania, estatuto da cidade, entre outros.
Tel.: (11) 3258-6121
www.polis.org.br

Oficina Municipal
Planejamento Urbano, Finanças Municipais e Gestão Municipal
Tel.: (11) 3032-4330
www.oficinamunicipal.com.br

Fundação de Desenvolvimento Administrativo (Fundap)
Cursos diversos para servidores públicos municipais de prefeituras conveniadas: capacitação de compras, governo eletrônico, qualidade de atendimento, licitação, entre outros.
Tel.: (11) 3066-5500

Universidade do Oeste Paulista
Tecnologia em Gestão Pública e Planejamento Urbano
Tel.: (18) 32291000 / 0800 771 55 33
www.unoeste.br

Escola Nacional de Administração Pública (Enap)
Cursos diversos (inclusive a distância): Programa de Capacitação em Gestão de Pessoas, o Programa em Gestão da Logística Pública, o Programa em Gestão do PPA, entre outros.
Tel.: (61) 3445-7000
www.enap.gov.br

curso de licitação e o de negociação para pregoeiros são os primeiros ministrados ao público municipal", afirma a coordenadora de cursos a distância, Suzanete Zahed Coelho.

GRADUAÇÃO E MESTRADO

A formação superior em administração pública também é recente no país – e o número de instituições que a oferecem é, ainda, limitado. A Fundação Getúlio Vargas



Suzanete, da Fundap: grande procura dos municípios pelos cursos do órgão

foi a primeira a lançar um curso de graduação voltado exclusivamente para a área pública, em 1969. "O currículo desta habilitação inclui disciplinas voltadas à gestão interna das organizações estatais e não-governamentais, além de oferecer conteúdos que focalizam a gestão de políticas e programas", explica o professor do departamento de Administração Pública da Eaesp/ FGV, Henrique Fingermann.

A FGV também oferece cursos de mestrado, doutorado e MBA na área. Este último, de acordo com o professor Armando Cunha, coordenador de pós-graduação lato-sensu da FGV do Rio de Janeiro, é desenvolvido em parceria com órgãos públicos e oferecido regularmente apenas nas unidades da FGV no Rio de Janeiro e Brasília.

"Mas ele também acontece simultaneamente no Acre, em Goiânia e em Campinas, graças a um convênio feito entre a universidade e o governo destas cidades", informa. "A estrutura do curso é básica e se repete em todas as unidades. Mas incluímos algumas disciplinas específicas para atender às demandas dos órgãos contratantes."

Outra instituição que oferece graduação em gestão pública em São

Paulo é a Unesp. "A primeira turma surgiu em 1989", recorda o professor chefe do departamento de Administração Pública da universidade, Sérgio Azevedo Fonseca, sobre o curso baseado em Araraquara. "O serviço público necessita, cada vez mais, de profissionais com visão ampla do mundo e aptos a trabalhar com diversos elementos, de pessoas a recursos disponíveis", explica.

É certo que para uma boa governança a capacitação dos

SANTO ANDRÉ: CAPACITAÇÃO DE RESULTADO

Criado pela Prefeitura de São André em 1998, a Escola de Formação em Administração Pública (Efap) nasceu com o propósito de ajudar na implementação de um sistema de atendimento único e contribuir para a formação dos servidores públicos locais. "Na mesma época, estávamos avaliando novos sistemas de gerenciamento, tomando como base experiências de sucesso de cidades como Londres e Paris. A Escola surgiu como um facilitador para a implantação destes sistemas", recorda a coordenadora da Efap, Ângela Bardelli Micheli.

Mas não bastava modificar a gestão. Os servidores públicos precisavam de mais treinamento. Por conta disso, a coordenação da Efap, com o apoio da Enap, passou a desenvolver cursos sobre processos de trabalho, como gerenciamento e elaboração de indicadores, ética e administração pública. Além da capacitação profissional, a coordenação da Escola percebeu que cada departamento possuía

suas próprias demandas. Na área de educação, por exemplo, era alto o índice de licença médica entre os funcionários, em decorrência de problemas na voz. Para resolver a situação, foram desenvolvidos cursos com fonoaudiólogas. "Como consequência, a Efap também passou a oferecer cursos e oficinas que contribuíam para o desenvolvimento pessoal do servidor público, como competências emocionais e estilos de liderança, técnicas de relaxamento e de auto-conhecimento", diz Micheli.

De acordo com a coordenadora, os servidores ficaram mais motivados, dispostos a investir na educação e interessados em fazer bem o seu trabalho. "Embora os cursos não sejam eliminatórios na hora de pleitear uma vaga num concurso interno, por exemplo, a capacitação os torna mais preparados para uma dinâmica de seleção. Eles sabem que, ao estudarem, estão melhorando sua competitividade. Isso já faz toda a diferença", afirma Micheli.



Lins, da FMC: fundação montará MBA em gestão pública

servidores é fundamental. Especialistas apontam a pouca valorização das carreiras e dos salários do funcionalismo público, o pouco treinamento e aperfeiçoamento dos quadros como os principais entraves para o início de uma reforma administrativa pública de resultados. A solução para o problema, portanto, é a educação. ■

Divulgação / Fundação Mario Covas

Estado libera R\$ 1 bilhão para hospitais e centros de saúde

Os contratos que garantem o gerenciamento de hospitais e centros de saúde estaduais por Organizações Sociais de Saúde (OSS) foram renovados para 2006. O governador Geraldo Alckmin autorizou a liberação de mais de R\$ 1 bilhão para atender os custos das 21 unidades que funcionam sob esse modelo, inaugurado em 1998. Nele, o Estado remunera as OSSs pelos serviços prestados, e pode administrar o dinheiro conforme a necessidade de cada setor, negociando

o melhor preço que o mercado pode oferecer e sem depender de licitações. As organizações, por sua vez, se comprometem a cumprir com metas de produção, como o padrão de qualidade. A parceria com o Terceiro Setor tem dado certo: estudo da Secretaria Estadual de Saúde revela que os hospitais administrados por OSS tiveram, em 2004, custo médio de internação 25,07% menor do que as unidades da administração direta, embora tenham internado 37% mais pacientes.

Caminho do Mar é liberado com passeios grátis

Após dez anos de proibição, o acesso ao Caminho do Mar foi liberado. Os oito quilômetros da Estrada Velha de Santos, entre a Represa Billings (São Bernardo) e Cubatão, receberão o público de terça a domingo, gratuitamente, em visitas agendadas por telefone. Além da possibilidade de percorrer o caminho a pé, os visitantes poderão fazer o percurso de microônibus e conhecer a Usina Henry Borden. As visitas serão feitas em grupos pequenos, de no máximo cem pessoas por dia, de terça a sexta, e 200

aos sábados e domingos. Todos os roteiros funcionam das 8 às 17 horas, e os passeios são acompanhados por monitores que, além de dar explicações sobre a flora e fauna da mata atlântica, falam também dos monumentos presentes na estrada, construídos em 1922, para comemorar o centenário da Independência do Brasil. O governo estadual anunciou ainda a liberação de R\$ 3,5 milhões pela Lei Rouanet para o restauro dessas obras, mas o trabalho depende de parcerias com a iniciativa privada para ser iniciado.



**O maior PATRIMÔNIO
de um POLÍTICO
é seu**

RELACIONAMENTO!

**Ainda mais...
quando precisa mostrar
resultados:**

✓ **Hoje no MANDATO,**
✓ **Amanhã na CAMPANHA?**

Escolha esta ferramenta para o seu gabinete ou para a sua campanha!

GOL
Gabinete
Online

Mais detalhes
WWW.WORKLINESYSTEM.COM.BR

WORKLINE SYSTEM - Empresa de consultoria com soluções na área de TI - Tecnologia da Informação em gestão pública. Nossas ferramentas possuem a tecnologia - 100% - ON-LINE

Via Anchieta, 1331 - cj 124 - Ipiranga - 04247-002 - São Paulo - SP
Telefone +55 (11) 5168-6994 - comercial@worklinesystem.com.br

Desenvolvimento urbano? Só com Plano Diretor

A Constituição Federal, promulgada em 1988, determinou em seu artigo 182 que o instrumento básico da política urbana é o Plano Diretor que deve ser editado por lei, aprovada pela câmara municipal.

Em julho de 2001, a Lei Federal nº 10.257, o Estatuto da Cidade, foi publicada para regulamentar o artigo 182 da Constituição Federal fixando em seu artigo 40 o conteúdo mínimo do Plano Diretor a ser elaborado pelos municípios de forma participativa.

Dessa maneira, a elaboração do Plano Diretor, que deve ordenar a política de desenvolvimento urbano das cidades, tornou-se obrigatória para as cidades com mais de vinte mil habitantes; para aquelas que integram regiões metropolitanas; para as que se encontram em áreas de especial interesse turístico; as inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional e para as que pretendam utilizar os instrumentos previstos no parágrafo 4º do artigo 182 da Constituição Federal.

Mais, ainda, o Estatuto da Cidade fixou o prazo de cinco anos para que tais planos estejam devidamente aprovados nas cidades com população superior a vinte mil habitantes e nas integrantes de regiões metropolitanas. Esse prazo esgota-se em outubro de 2006,

caracterizando ato de improbidade administrativa dos gestores a não observância, nos termos da Lei 8.429/92.

O Estatuto da Cidade é um conjunto de normas que estimula a adoção do planejamento como método permanente de ordenação do crescimento e desenvolvimento das cidades, coordenado pelo poder público municipal, mas

executado por vários outros atores na qualidade de moradores, de investidores privados e de meros usuários. A cidade deve garantir a todos as funções essenciais para uma melhor qualidade de vida e de bem estar no que tange ao trabalho, lazer, circulação e habitação.

Será o Plano Diretor que determinará a função social da propriedade, significando que esses bens devem atender, além dos interesses exclusivos de seus

proprietários, também e, ao mesmo tempo, os do conjunto da população. Para tanto, o Estatuto da Cidade oferece vários instrumentos jurídico-urbanísticos, regulamentando, em especial, o parcelamento, a edificação e a utilização compulsória da propriedade urbana, dotados de sanções pelo descumprimento que podem fazer incidir o imposto progressivo no tempo e a expropriação do direito de propriedade, cuja indenização será feita por meio de títulos da dívida pública. ■

Estatuto da Cidade é um conjunto de normas que estimula o planejamento como método permanente de ordenação do crescimento das cidades

Divulgação/CEPAM



Mariana Moreira, advogada da Fundação Prefeito Faria Lima (CEPAM); mestre em Direito Urbanístico pela PUC/SP; autora e coordenadora de várias publicações sobre Plano Diretor e Estatuto da Cidade.

*Quando o assunto é futebol, o Brasil só dá bola dentro.
Mas tem que parar de dar chutão quando o assunto é distribuição de renda.*



Fundação Gol de Letra. Para fazer um Brasil campeão não só no futebol.
A Fundação Gol de Letra não é uma escola de futebol, mas ensina a driblar os problemas da vida. São centenas de crianças no Rio de Janeiro e em São Paulo que aprendem arte, dança, música, informática, leitura, praticam esporte e, o mais importante, encontram o caminho da cidadania. Acesse o site www.goldeletra.org.br e associe-se. Juntos, nós podemos ajudar as crianças brasileiras a virar o jogo da vida, a defender uma posição na sociedade e a construir um Brasil campeão, não só no futebol.

Bancos privados

VS.

Bancos públicos



Dinheiro do caixa das prefeituras provoca disputa na Justiça; decisões recentes acendem o debate

Por Marcela Souza

Bancos oficiais e não-oficiais, e órgãos públicos assistem a mais um capítulo da longa novela envolvendo a disputa de contas públicas. Iniciada em 2001, ela trata do direito – ou não – que as instituições financeiras possuem de gerenciar as disponibilidades de caixa de

municípios e estados.

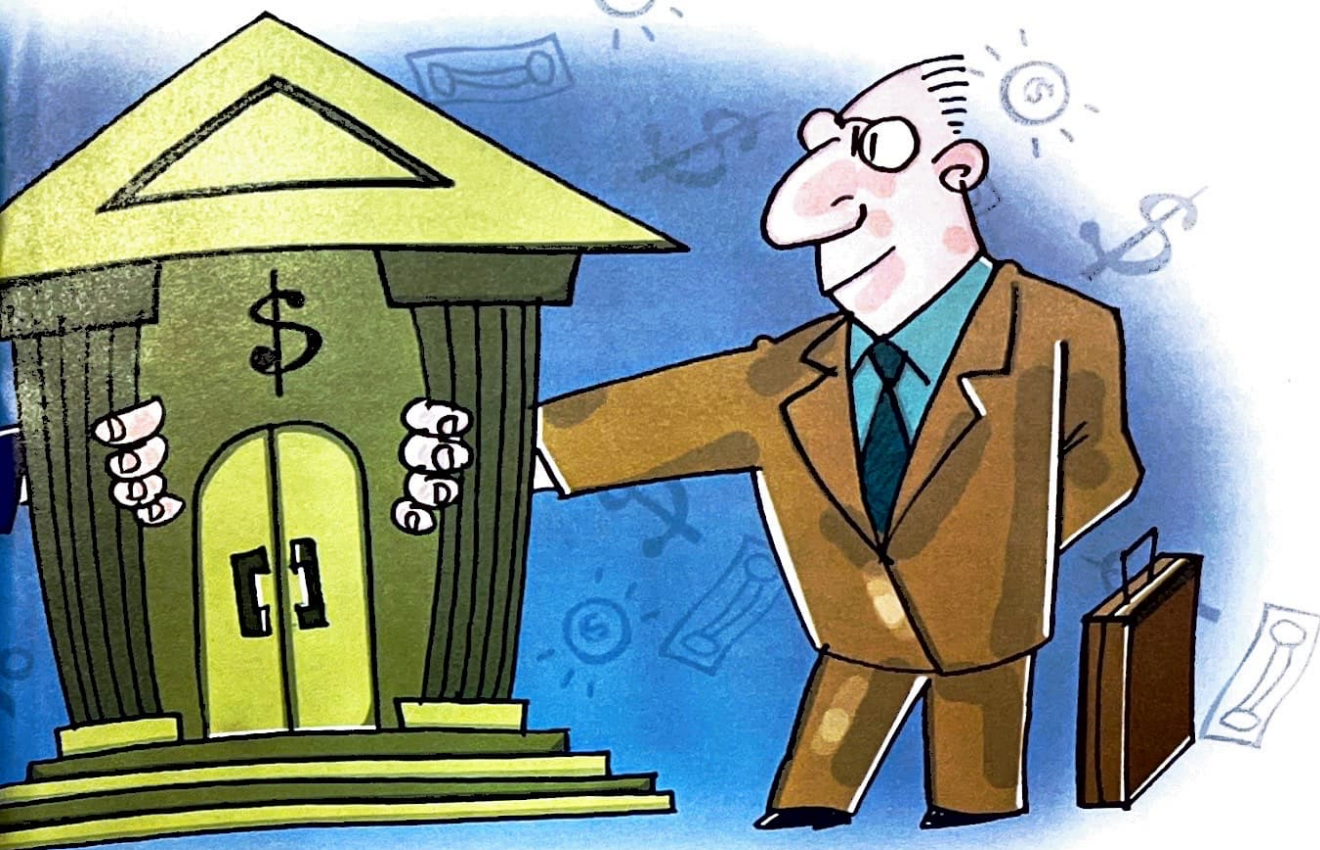
Em 14 de dezembro, o Plenário do Supremo Tribunal Federal acatou o recurso da União e do Banco Central em reclamação apresentada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) referente à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3.578.

Com isso, foi autorizado o leilão do Banco do Estado do Ceará (BEC) mantendo na instituição privatizada apenas a administração da folha de pagamento de servidores do Estado.

Antes disso, em 14 de setembro, o STF já havia suspenso a eficácia do parágrafo 1º do artigo 4º da Medida Provisória no 2192-70. Este dispositivo da MP conferia o monopólio, até 2010, dos recursos dos estados e municípios para as instituições compradoras de bancos oficiais.

O STF também considerou inconstitucional o artigo 29, parágrafo único, da mesma MP. Segundo este, os depósitos judiciais existentes nas instituições financeiras privatizadas poderiam ser mantidos no próprio banco ou ainda na instituição que adquirisse o seu controle acionário.

Na época do julgamento da ADI 3.578, o ministro do Supremo Tribunal Federal Sepúlveda Pertence argumentou que o monopólio da conta única do Estado “fere o princípio da moralidade, pois promove o



favorecimento indevido de instituições privadas, violando a regra constitucional de licitação pública”.

Esta decisão confirma a orientação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que já determinava que apenas bancos oficiais poderiam participar de licitações das contas de estados e municípios. Segundo o presidente do TCE, Cláudio Ferraz de Alvarenga, o órgão “sempre considerou essa MP inconstitucional e a decisão do Supremo reforça esse posicionamento.” O TCE é

responsável pela fiscalização das contas do governo do Estado de São Paulo e de 644 municípios, já que a capital possui seu próprio Tribunal de Contas.

HISTÓRICO

Esta Medida Provisória que tem causado polêmica e arrastadas disputas judiciais foi criada, em 2001, para incentivar a privatização dos bancos estaduais. Ao conceder o monopólio das contas dos bancos negociados para os seus compradores até o ano de 2010, a MP acabou gerando

o entendimento, por parte dos bancos privados, de que estes estariam aptos também a disputar novas contas públicas.

O advogado e presidente do Conselho Técnico Multidisciplinar da Associação Paulista de Municípios, Antonio Sérgio Baptista, concorda que o tema é controverso, mas acredita que é inquestionável a inconstitucionalidade da MP. Para ele, a Medida “privilegiou apenas um seletto grupo de bancos privados que haviam adquirido o controle acionário de bancos oficiais

em processo de liquidação extrajudicial, quebrados”, lembra Batista.

O fato é que a acirrada competição entre os bancos privados e oficiais – tais como Caixa Econômica Federal, Nossa Caixa, Banco do Brasil – é explicada pelo interesse em gerenciar o grande volume de caixa e pagamento a fornecedores e servidores públicos. Ao controlar a folha de pagamento de municípios e autarquias, os bancos podem ampliar bastante o número de correntistas e oferecer produtos e crédito

para estes servidores.

Além disso, as prefeituras também buscam beneficiar-se dessa parceria. Segundo o presidente do TCE, "trata-se de um negócio atraente, já que o poder público possui somas consideráveis e servidores que podem contribuir para as operações financeiras dos bancos. Em contra-

de caixa do poder público fiquem depositadas em instituições financeiras oficiais – impossibilitando a participação dos bancos privados nestes processos. Nestes casos, as decisões do TCE foram motivadas por representações da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Nossa Caixa, já que estas insti-

entre bancos oficiais, o secretário de Finanças, Luiz Carlos Luciano, acredita que a disputa traria grandes benefícios para o município. Isto porque o edital suspenso estipulava um valor mínimo a ser pago pelo banco que abocanhasse a conta salário dos cerca de 4 mil servidores municipais.

também teve impugnado seu edital de licitação. Segundo o secretário de Negócios Jurídicos, César Milani, o processo foi reformulado e um novo acordo de cooperação financeira foi firmado com a Nossa Caixa. Em troca disso, o banco disponibilizará cerca de R\$ 4 milhões para obras



Competição entre bancos é explicada pelo interesse em gerenciar o grande volume de caixa das prefeituras



partida, estes oferecem incentivos para ficar com as contas das prefeituras", diz. Estes incentivos vão desde a contribuição de cestas-básicas, suporte com informática, até a construção de um novo prédio para a prefeitura contratante.

EDITAIS CANCELADOS

Nos últimos quatro meses, o TCE determinou a suspensão de mais de trinta editais de licitação em municípios onde as prefeituras tentavam transferir suas contas para bancos privados. Para o Tribunal, as licitações ferem a Constituição – que determina que as disponibilidades

tuições são detentoras das contas de vários municípios que abriram processos licitatórios irregulares. No entanto, o Tribunal admite que há casos de contratos já firmados entre bancos privados e prefeituras, contra os quais não houve qualquer representação junto ao órgão.

No município de Sumaré, interior de São Paulo, o TCE suspendeu a licitação para contratação de serviços bancários porque não havia restrições à participação de bancos privados no edital divulgado pela prefeitura.

Apesar de acatar a decisão do órgão e realizar uma nova consulta somente

"Esta contrapartida seria de, no mínimo, R\$ 3,5 milhões por um prazo de 60 meses. Como havia 11 bancos interessados na licitação, essa contrapartida poderia subir ainda mais", afirma ele.

A prefeitura de Sumaré movimenta cerca de R\$ 5,5 milhões mensais entre pagamento de servidores, pensionistas e FGTS. Desde o ano 2000, o Banco do Brasil é o detentor das disponibilidades de caixa do município, pagando R\$ 300 mil por um período de cinco anos de contrato.

A situação é semelhante na cidade de Araras, que

sociais no município. Para Milani, "o TCE deveria fazer distinção entre ativos financeiros e folha de pagamento. Assim, apenas os ativos teriam a obrigatoriedade de permanecer em instituições bancárias oficiais", acredita.

Para tentar coibir os chamados "vícios" nos editais, Pederneiras adotou uma tática mais radical. Segundo o chefe de gabinete, Carlos Alberto Ottoboni, "foi criada há cinco anos uma lei municipal que restringe a participação apenas dos bancos oficiais nos processos de contratação de serviços bancários". Atualmente

o BB é responsável pelo gerenciamento da conta-salário dos 800 servidores do município.

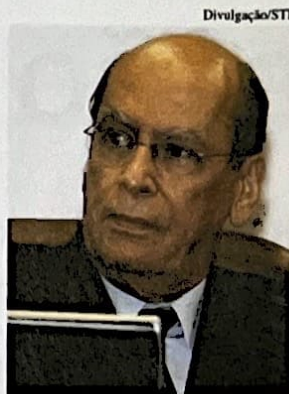
Na contramão das decisões do TCE, o Tribunal de Contas da cidade de São Paulo autorizou o leilão das disponibilidades de caixa do município entre todos os bancos interessados, sem distinções. A licitação, vencida por Itaú e Bradesco, dá às instituições o direito de administrar um caixa de R\$ 11 bilhões anuais e a conta-salário de 210 mil servidores. Até então, esses recursos eram gerenciados por Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banespa Santander – este último entrou na Justiça contestando a decisão.

das normas estabelecidas pela lei e não houve favorecimento deste ou daquele banco.” Ela lembra ainda que Bradesco e Itaú desembolsaram juntos cerca de R\$ 530 milhões à vista, repassados em contrapartida para a prefeitura de São Paulo.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA

Outro ponto controverso na disputa entre bancos e órgãos públicos trata do que propriamente pode ser considerado como disponibilidade de caixa – e se a conta salário faz parte desse montante ou não.

Se antes não havia consenso em relação à essa diferenciação, a recente decisão do Plenário do



Pertence, do STF: monopólio da conta única “fere o princípio da moralidade”

no caso julgado tratava-se de “depósito líquido da folha de pagamento em banco particular, sem custo para o município, eis que tal crédito fica disponibilizado aos servidores, não ao município”.

Além disso, Velloso ressaltou que “os pagamentos realizados aos servidores municipais não

aos servidores, credores particulares”.

Apesar do voto do ministro Velloso ter sido acolhido pela maioria do Plenário, não há unanimidade mesmo entre os próprios ministros do STF, já que Marco Aurélio Mello, Carlos Ayres Britto e Sepúlveda Pertence discordaram da decisão.

O jurista Antonio Sérgio Baptista acena para a mesma direção do STF, já que “a Constituição não define o que é essa disponibilidade e nem poderia fazê-lo”. “Trata-se de recursos financeiros de livre movimentação não vinculados a despesas orçamentárias”, afirma.

Em entrevista anterior à recente decisão do Supre-



STF autorizou leilão do Banco do Estado do Ceará que deu ao banco privado a administração da folha de pagamento de servidores



Os bancos não-oficiais envolvidos e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) não quiseram comentar o caso.

Segundo a responsável pelo departamento de Finanças da prefeitura, Cássia Caldeira, “o processo ocorreu dentro

STF deve apontar um novo direcionamento para a questão. Isto porque o ministro Carlos Velloso reiterou, no julgamento do recurso, que as disponibilidades de caixa devem ser depositadas em instituições financeiras oficiais, mas destacou que

são disponibilidades de caixa, pois tais recursos, uma vez postos à disposição dos servidores, têm caráter de despesa liquidada, pagamento feito, não estando disponíveis ao município, pessoa jurídica de direito público interno, mas estão disponíveis

mo, o presidente do TCE, afirmou que considerava essa posição infundada, uma vez que “se o pagamento dos servidores não fosse disponibilidade de caixa, a licitação seria impraticável, já que a prefeitura não poderia licitar o que não possui”. ■■

Prestação de contas

Para acabar com a desconfiança dos comerciantes locais, prefeitura de Peruíbe organiza seminário para esclarecer funcionamento das licitações

Por Adriana Natali

O baixo índice de participação do comércio local nos processos licitatórios da prefeitura provocou desconfiança e insatisfação entre os empreendedores de Peruíbe. Segundo dados da diretoria da Administração da cidade, do total de empresas fornecedoras da prefeitura – cerca de dois mil –, apenas 142 estabelecimentos comerciais locais fecharam contrato com a atual gestão em 2005.

Para esclarecer dúvidas e aumentar a participação local, a administração realizou o 1º Seminário de Licitações Públicas do Município. O encontro aconteceu na câmara municipal no final de setembro e reuniu cerca de 200 pessoas, entre comerciantes locais, contabilistas e a associação dos arquitetos e engenheiros. “Nosso objetivo era mostrar que vender para a prefeitura não é um bicho de sete cabeças”, explica um dos organizadores, Moacir Tamada, que é diretor de

compras da Administração da prefeitura.

A idéia do seminário surgiu depois da experiência bem sucedida de palestras realizadas na Associação Comercial e Empresarial de Peruíbe e no Grupo de Apoio e Desenvolvimento aos Empresários de Peruíbe (Gadep). “Observamos que a desinformação no meio empresarial da cidade

Segundo o diretor de compras da Administração da prefeitura, Moacir Tamada, além da desinformação havia também um certo preconceito em torno do tema. “Ouvíamos dos próprios comerciantes que eles não participavam de licitações porque achavam que já se sabia quem seriam os vencedores”, conta. Tamada explica

comerciantes tinham uma idéia de que era impossível participar das licitações. “As administrações anteriores não permitiram um contato mais direto dos comerciantes. Agora, com o seminário, houve uma desmistificação do processo”, disse.

RESULTADOS

Após o seminário, muitos empresários já procuraram os departamentos de compras e administrativo da prefeitura para efetuar o cadastro no banco de dados dos fornecedores da cidade. “Este é na verdade o primeiro passo. A prefeitura precisa saber com qual tipo de produto ou serviço ele trabalha e se tem o interesse em trabalhar conosco”, explica o prefeito José Roberto Preto.

O diretor administrativo da prefeitura, André Luiz da Silva Mendes, lembra que os novos processos de compras acontecem agora a partir de 2006. “Esperamos que os resultados desse seminário comecem a aparecer a partir daqui”, diz. :::

Após o seminário, muitos empresários já procuraram a prefeitura para efetuar o cadastro no banco de fornecedores

era muito grande”, conta o prefeito José Roberto Preto. Como material de apoio, foram distribuídas durante o evento cartilhas com informações sobre a Lei nº 8.666, de 1993, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo regras e normas para as licitações e contratos da administração pública.

que o seminário quis dar transparência ao processo e, assim, minar a idéia de “cartas marcadas.”

O empresário Marco Antônio dos Santos Araújo, do Grupo de Apoio e Desenvolvimento aos Empresários de Peruíbe (Gadep), um dos participantes do seminário, acredita que a iniciativa irá surtir bons efeitos, porque os

Base de cálculo para o IPTU, comissão para julgar licitações e pregão presencial – temas das dúvidas dos gestores municipais publicadas nesta edição do APM Responde. Para ter a sua dúvida sobre administração pública solucionada neste espaço, envie mensagem para o e-mail juridico@apaulista.org.br ou então ligue (11) 2165-9954.



Ilustração: Enika Onodera

Em face da complexidade do objeto colocado em licitação, pode a administração constituir uma comissão especial para julgar o certame? Podem ser convidados elementos não vinculados à

administração? Os serviços prestados poderão ser remunerados?

A resposta é positiva. O "caput" do artigo 51 da Lei nº 8.666/93 admite a formação de comissão especial e o parágrafo 5º, muito embora tratando de concurso, relaciona os requisitos: reputação ilibada e conhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não. Portanto, tanto poderá ser formada uma comissão especial composta de membros da comissão permanente e outros convidados, servidores ou não, como apenas a comissão especial. Quanto aos convidados, se não for possível a gratuidade não vislumbramos qualquer obstáculo quanto a serem remunerados, desde que respeitados os princípios constitucionais da economicidade e razoabilidade, devendo ser justificada, quando for o caso, a contratação por inexigibilidade.

A planta genérica de valores, base de cálculo do IPTU, pode ser atualizada por decreto? Em caso positivo qual o índice que deve ser utilizado?

A aplicação da inflação à base de cálculo do IPTU não se constitui "majoração", como diz o artigo 97, parágrafo 2º do Código Tributário Nacional. A maioria dos municípios repete esta norma em seu código local mas, de qualquer forma, ainda que assim não ocorra, nada impede que a majoração dos valores constantes da planta genérica, desde que limitada esta à inflação do período, ou seja, doze meses anteriores ao lançamento. Basta o prefeito editar um decreto. Quanto ao índice, se o município

não utilizar nenhuma unidade fiscal tributária, poderá ser utilizado qualquer um daqueles existentes no mercado: IGPM; IPCA; IGP- DI, dentre outros.

A fixação dos subsídios dos secretários municipais, de competência da câmara municipal, deve respeitar o princípio da anterioridade?

Resposta: Em primeiro lugar é preciso observar que a competência da câmara municipal é apenas de iniciativa do projeto de lei de fixação dos subsídios do prefeito, vice e secretários municipais (Constituição Federal, artigo 29, V, com a redação dada pela Emenda nº 19, de 1998) que, após aprovado, deverá ser submetido à sanção ou veto do prefeito. Anote-se, ainda, que deverá ser observado o teto que, no município, é o valor do subsídio do prefeito. Finalmente, esclareça-se que a fixação dos subsídios, tanto do prefeito e vice quanto dos secretários, não está sujeita ao princípio da anterioridade em relação à legislação.

A licitação na modalidade pregão presencial prevista na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pode ser utilizada para contratar uma obra pública?



O pregão é uma modalidade de licitação que tem como pressuposto básico a aquisição de bens ou serviços de natureza comum, ou seja, de bens e serviços corriqueiros, facilmente encontrados no mercado. Assim, considerando-se esta peculiaridade do pregão, seja presencial, seja eletrônico, torna-se impossível sua utilização para a contratação de obra pública que exige, no mínimo, projeto básico (confira-se o artigo 7º da Lei nº 8.666-93). ::

As respostas às perguntas formuladas por órgãos municipais são de responsabilidade das equipes técnicas da Associação Paulista de Municípios e da ASB – Advogados Associados, sob coordenação do Dr. Antonio Sergio Baptista, advogado, especialista em Direito Público.

Conecte-se

Projeto Desenvolvido pela Unicamp, interliga prédios públicos facilitando transmissão de dados e melhorando a administração

Por Regina L. Diniz

Uma economia de um milhão de reais por ano é um dos saldos positivos conquistados pela prefeitura de Guarulhos com a implantação da Infovia Municipal, iniciada em 2003. Trilham o mesmo caminho, as cidades paulistas de Pedreiras, Morungaba, São José do Rio Preto e Hortolândia, que no próximo ano pretendem iniciar a instalação do Projeto Infovia Municipal, ligando digitalmente todos os prédios públicos de suas cidades.

O modelo de instalação adotado por estas cidades também segue uma diretriz comum: a consultoria e desenvolvimento do projeto foram feitos pelo Núcleo de Redes de Comunicação, Larcom, do programa de Pós-graduação em Administração dos Municípios da Universidade Estadual

de Campinas (Unicamp). Para o coordenador do Larcom, Leonardo de Souza Mendes, o principal objetivo e vantagem de uma Infovia é ser uma rede democrática em termos de utilização e de padronização de sistemas de comunicação. "Ao construir uma Infovia Municipal é como se construíssemos grandes avenidas, aonde toda a comunidade pode



Professor Leonardo Mendes, da Unicamp: "Infovia é rede democrática em termos de uso e de padronização de sistemas de comunicação"

usufruir deste caminho para transitar informações. É uma solução comunitária, um serviço público oferecido pela prefeitura a seus cidadãos", afirma Leonardo Mendes.

Para o professor responsável pelo projeto, é importante que o back-bone, a infra-estrutura central por onde vão trafegar as informações, seja de propriedade do município, da

mesma forma que acontece com uma rede de água ou de eletricidade. Segundo Mendes, esta rede digital permite mais independência à administração municipal com inúmeras vantagens econômicas para o município e para a população. O projeto prevê, além da interligação entre os prédios públicos da cidade, a ampliação deste serviço para as residências, escritórios, comércio e empresas instaladas nestes municípios digitais.

NA PRÁTICA

Até final deste ano, o município de Guarulhos investiu R\$ 300 mil para a construção da infra-estrutura de sua Infovia Municipal, para criar uma rede digital que vai interligar todos os prédios públicos: prefeitura, 12 secretarias municipais,

116 escolas, 6 hospitais, 62 postos de saúde, 7 prontos-atendimento e 83 centros de especialidades e ambulatorios odontológicos. A primeira etapa do projeto foi realizada com a construção de oito quilômetros de cabos de fibras ópticas, rede física, e soluções de rádio, rede sem fio, por onde trafegam informações de bancos de dados e correio eletrônico. Esta estrutura permitiu a interligação entre a prefeitura e algumas secretarias e outros prédios públicos por um sistema único de comunicação.

A ampliação da Infovia de Guarulhos está prevista para o próximo ano, segundo a diretora do departamento de Informática e Telecomunicações da prefeitura, Suely Enomoto Russo. "Estamos analisando os custos desta ampliação, que deve ser feita basicamente com recursos do PMAT (Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos), do BNDES, e do PNAFM (Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros), da Caixa Econômica Federal

e Ministério da Fazenda", diz Suely Russo.

Apesar do programa ter diminuído o ritmo de implantação neste último ano, a atual diretora ressalta a autonomia que a Infovia imprime a um município. "O trabalho passa a ser executado pela própria administração pública, sem a necessidade de contratação de fornecedores, havendo

fônicas da prefeitura.

O consultor de gestão pública, Luis Carlos Furtado, que ocupava o cargo de diretor do departamento de Informática e Telecomunicações da prefeitura de Guarulhos, defende o projeto também por ele acelerar o desenvolvimento econômico da cidade. "Um município digital, além de permitir

comunicação de rádios e antenas. As prefeituras enfrentam dificuldades em conseguir recursos para concretizar suas Infovias Municipais.

O prefeito de Pedreira, Hamilton Bernardes Junior, informa que através de emendas de deputados federais espera conseguir recursos do governo federal para implantar a Infovia

Desenvolvimento do projeto foi executado pelo Laboratório de Redes de Comunicação (Larcom)

despesas apenas com a manutenção", afirma. A próxima etapa a ser investida é na implementação da solução de voz sobre IP, que permite em uma mesma rede o tráfego de dados e de voz. "Para isso, o investimento necessário é de aproximadamente R\$ 450 mil, que seria recuperado com a economia nos gastos de telefonia", explicou Russo, que acrescenta que para 2006, a perspectiva é de reduzir em de 30% o valor das contas tele-

um acesso mais fácil e democrático às informações, atrai com mais facilidade investimentos externos", afirma. Suely Russo compartilha desta opinião e acrescenta que está analisando outras propostas, além da do Larcom, da Unicamp, para a continuidade da Infovia. Uma das análises que está sendo feita é com o sistema WiMax, da Intel, que permite a integração de voz, dados e imagem, através de soluções de wireless, rede sem fio por

de Pedreira, cidade de 40 mil habitantes localizada na região de Campinas. "Entramos com uma emenda parlamentar para liberação de verba pública em agosto do ano passado, e esperamos que até o início de 2006 estes recursos sejam liberados", afirma.

O projeto foi coordenado pelo Larcom, do Inova nos Municípios da Unicamp, e deve ser implantado pela mesma equipe, segundo o prefeito de Pedreira. Nesta primeira fase do projeto, que terá início em abril de 2006, a previsão de verba para a construção da infra-estrutura da Infovia, parte por fibra ótica e parte rede wireless, é de R\$ 700 mil.

O projeto prevê a integração dos oito postos

de saúde, um hospital, 20 escolas, além da prefeitura e secretarias municipais. A Infovia de Pedreira pretende seguir o projeto completo idealizado pelo Larcom, incluindo a instalação da rede digital, que permite a ligação entre os pontos que a prefeitura definir; a integração de dados, voz e vídeo, que permite o tráfego de Internet, telefonia e de TV Digital; inclusão digital, e serviços de e.governo. "Estamos estudando a possibilidade de implantar em Pedreira um projeto de inclusão social de comunidades carentes que vai permitir o acesso à internet em grupos, por meio do pagamento de uma taxa mínima, como aquele usado por celular pré-pagos", afirma o pesquisador Leonardo.

A Infovia de Morungaba também aguarda por recursos públicos. Segundo o analista de sistemas



Consultor Luis Carlos Furtado: "Um município digital atrai com mais facilidade investimentos externos"

da prefeitura, Ivan Carlos de Moraes, um dos que participaram do desenvolvimento do projeto junto ao Larcom, a prefeitura está buscando recursos junto a órgãos federais e estaduais para iniciar a implantação do projeto em 2006. "O projeto é completo, prevê a interligação de todos os prédios públicos da cidade, secretarias, escolas e postos de saúde, mas a instalação de câmaras de segurança e de uma rádio comunitária são algumas das prioridades", acrescenta Ivan Moraes.

PASSO A PASSO

Segundo o professor Leonardo de Souza Mendes, nas prefeituras de São José do Rio Preto e Campinas o projeto está

sendo implantado em etapas. Na primeira, o Conexão Saber foi priorizado nas escolas municipais, levando informações via internet à comunidade de professores e alunos. Em Campinas, o sistema controlará o recebimento e a distribuição de materiais e de medicamentos. O coordenador do

Larcom garante que os investimentos iniciais reverterem em benefícios e economia em médio prazo. "Entre as vantagens, destaco a inclusão digital, a economia com sistema próprio de telefonia, a universalização dos serviços de telecomunicação, a prestação eletrônica de informações e serviços, modernização da máquina pública, transparência

Pedreiras, Morungaba, Rio Preto e Hortolândia iniciarão instalação do projeto em 2006

na execução orçamentária e na prestação de contas públicas, melhora na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, facilidade no acesso aos serviços e redução dos custos da administração", conclui. ■■

MAIS INFORMAÇÕES

Informações sobre o Projeto Infovia Municipal, do Larcom, Inova Municípios, Unicamp acesse: www.mc21.fee.unicamp.br/infovia ou e-mail: infovia@decom.fee.unicamp.br

Imagine
uma pessoa
importante,
linda,
culta e elegante.

Você não pensou em
alguém negro, pensou?

Foto: Marcelo Freitas

Não guarde o seu racismo. Jogue fora.

A campanha "Onde você guarda o seu racismo?" é realizada pela iniciativa Diálogos Contra o Racismo, que reúne mais de 40 instituições da sociedade civil na luta pela igualdade racial no Brasil.

O objetivo: incentivar mudanças de pensamentos, hábitos e atitudes. O caminho: revelar e discutir as várias formas de guardar o racismo, provando que todas elas são nocivas, destrutivas e altamente contagiosas.

www.dialogoscontraoracismo.org.br



DIÁLOGOS
contra o racismo
[Pela igualdade racial]



Sexta edição do congresso de tecnologia da APM reuniu técnicos em informática das esferas federal, estadual e municipal

A promessa de redução de custo com telefonia em até 100% atraiu as atenções do governo do Estado que organizará pregão no final de janeiro de 2006, para aquisição e uso do Protocolo da Internet para Uso de Voz, ou simplesmente voz sobre IP, ou ainda VoIP, na sigla em inglês – para usos da Secretaria de Segurança Pública. A notícia foi dada por Algney Denser Degasperi, superintendente de segurança pública da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp), durante a 6ª edição do Congresso Brasileiro de Tecnologia

Voz sobre IP nas polícias

Adoção de nova tecnologia de telecomunicações foi anunciada durante o 6º Congresso Brasileiro de Tecnologia para os Municípios, promovido pela APM

para os Municípios, o CBTIM.

A tecnologia permite a rápida comunicação de voz de computador para computador com custo apenas da conexão em banda larga. Sendo assim, ela compete diretamente

com a telefonia fixa em velocidade e preço. “Pelos cálculos da Coetel [Conselho Estadual de Telecomunicações], a secretaria conseguirá com a instalação do sistema uma economia de, no mínimo, 30% nas contas de telefone”, conta Degasperi.

Segundo o superintendente, o VoIP será primeiramente instalado nas sedes da secretaria de Estado da Segurança Pública, da Polícia Civil, da Polícia Científica, em todos os prédios da Polícia Civil no interior, espalhados

por oito regiões do Estado. Numa segunda fase, todas seccionais e delegacias paulistas receberão o sistema. O lance inicial do pregão será de R\$ 3 milhões.

SEGURANÇA PÚBLICA

Na área da segurança pública, a novidade é o Guardião. Segundo Antônio de Arimatéia, gerente de projetos da Prodesp, o sistema de escuta telefônica indicado para a Polícia Civil estará em funcionamento a partir do ano que vem. A tecnologia é a mesma já usada pela Polícia Federal de Brasília. Comprado pelo governo do Estado, o Guardião contará com o suporte tecnológico e manutenção da Prodesp. Com o apoio do sistema – que identifica as chamadas feitas por telefone de suspeito – nas investigações, a polícia oferecerá mais argumentos para obter quebra de sigilo telefônico na justiça.

Ainda nessa área, o gerente confirmou que, em 2006, a meta da Secretaria de Estado de Segurança Pública será a instalação do Sistema de Informação Criminal, o Infocrim, em todas as delegacias do Estado. Atualmente, 50 municípios paulistas – que respondem por 70% das ocorrências em São Paulo – já aderiram ao sistema

que mapeia digitalmente os dados estatísticos da criminalidade, gerando estatística que podem agilizar as tomadas de decisão. “Não dá para a polícia trabalhar somente com intuição policial. Precisamos cada vez mais de informações”, explicou Arimatéia.

E-DETRAN

Durante o Congresso, também foi anunciada a novidade no desenvolvimento tecnológico da área de trânsito. Segundo Alexandre Negrão Paladini, técnico da área do e-Detran, o site do Departamento Estadual

de Trânsito (Detran) terá seu lançamento oficial feito também em janeiro próximo. Dividida em seis lotes de serviços, a produção do site teve início em 1999. Em julho último, o portal (www.detran.sp.gov.br) foi colocado no ar oferecendo consulta de multas e pontos, acesso à delegacia eletrônica, entre outros serviços. “Sem qualquer divulgação, o site já possui 14 mil usuários cadastrados e cerca de 47 mil transições efetuadas”, conta Paladini.

Até a última fase de produção – prevista para março de 2006 –, a Prodesp pretende colocar em prática os serviços online de agendamentos de exames, acompanhamento de solicitações, transferência de CNH, entre outros. O custo total do portal ficou em R\$ 19 milhões.

FARMÁCIA ELETRÔNICA

Interessados nos resultados positivos obtidos com o software Farmácia Eletrônica, desenvolvido pela Prodesp, o Sistema de Prescrição de Medicamentos e Dispensação Ambulatorial

começou a ser instalado na rede estadual de saúde de Minas Gerais. A regional de Belo Horizonte foi a primeira a receber o sistema, que será instalado nas outras 27 regionais de Minas Gerais em 2006. Segundo Vanderlei de Castro Ezequiel, analista de informática da Unidade de Negócios de Saúde da Prodesp, a empresa está desenvolvendo versão do sistema também para os municípios. O técnico explica que a instalação

do programa Farmácia Eletrônica resulta em economia nas compras de remédios já que elimina a duplicidade de prescrição. O Hospital das Clínicas, da capital, economizou 16% com a racionalização promovida pelo programa. “Isso gera, além de gastos menores, menos riscos de que medicamentos sejam ministrados a mais a pacientes, evitando overdoses”, explica.

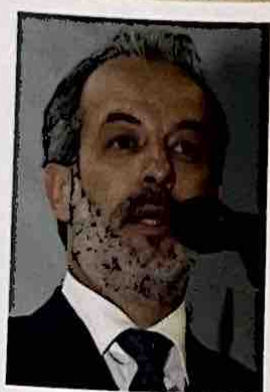
CERTIFICAÇÃO DIGITAL

A Imprensa Oficial foi o primeiro órgão estadual a adotar a certificação digital. “O governador já assina decretos por meio da tecnologia desde dezembro de 2004”, contou Robinson Herzog, técnico da área da IO, durante o 6º CBTIM. A certificação digital nada mais é que um documento concebido eletronicamente que tem a missão de assegurar a identidade e as informações transmitidas por determinado usuário. Desde agosto de 2004, a Imprensa Oficial criou um grupo de estudos para levantar o potencial da aplicação da certificação nos órgãos públicos. Em outubro último, a IO promove a 1ª Semana de Certificação Digital do Estado de São Paulo, na qual foram capacitadas 350 pessoas. ■■

Prodesp dará suporte técnico para sistema de captura de chamadas telefônicas intitulado Guardião

6º CBTIM: GESTORES MUNICIPAIS MAIS PRÓXIMOS DA TI

Bem avaliado segundo pesquisa de opinião realizada entre visitantes, Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios reuniu, entre os dias 5 e 7 de dezembro, na capital paulista, técnicos, especialistas em TI e lideranças das esferas federal, estadual e municipal.



Paulo Varella, diretor presidente da Prodesp



Aldo Fábio Garda, diretor de Atendimento a Clientes da Prodesp



Emanuel Fernandes, secretário de Estado da Habitação



Lars Schmidt Grael, secretário de Estado da Juventude, Esporte e Lazer



Da esq. para a dir.: Arquevirque Nholla, presidente do Conselho Deliberativo da APM; Glória Giglio; Cláudio Lembo, vice-governador do Estado de São Paulo; Celso Giglio, presidente da APM; e Marcos Monti, vice-presidente da APM



Daniel Annenberg, superintendente do Poupatempo, programa vinculado à Prodesp



Flávio Callegari, tesoureiro geral da APM



Horácio José Ferragino, coordenador de Projetos da Fundap

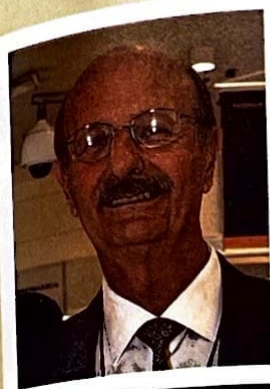
Maurício Gallo Fausto, gerente do Núcleo de Atendimento às Prefeituras da Prodesp



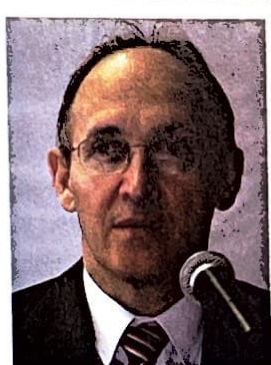
Beatriz Scavassa, técnica da secretaria de Estado da Educação



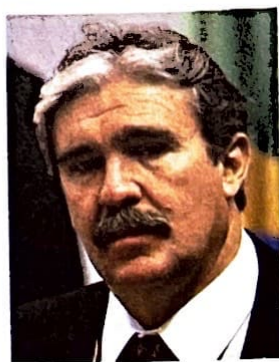
Da esq. para a dir.: Carlos Alberto Cruz Filho, diretor da APM; Joel Santos de Lima, prefeito de Tabatinga (AM); Dalva Christofolletti Paes da Silva, secretária executiva da APM



Waldemar Sandoli Casadei, prefeito de Lins



Antônio Carlos de Faria, prefeito de Caconde



Júlio Cezar Durigan, pró-reitor de Administração da Unesp



Antônio de Arimatéia, gerente de Projetos da Prodesp



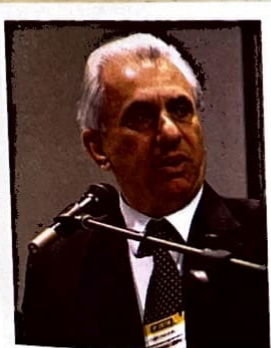
Maria Amélia Kullman Fernandes, coordenadora do Programa Acesso SP, vinculado à Imesp



Maurício Azevedo, diretor comercial da Telefonica



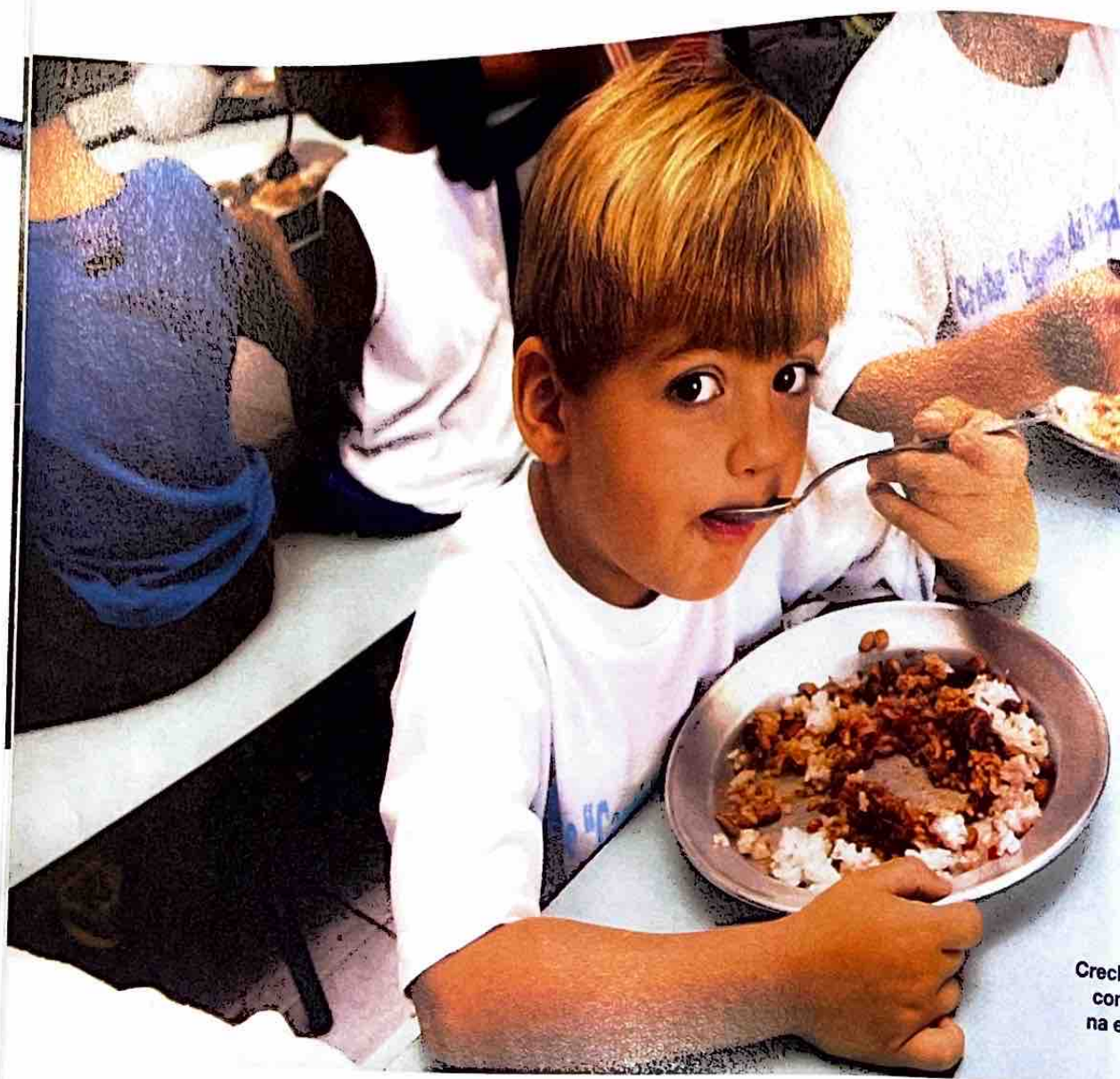
Richard Thomas Krotoszyński, superintendente de Educação da Prodesp



Sebastião Misiara, presidente da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (Uvesp)

Renan Mascarenhas Carmo, superintendente executivo do Bradesco





Merenda, não. Refeição

Cerca de 36,4 milhões de alunos são atendidos diariamente pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, que alterou padrões de nutrição e atrai a contratação de empresas em regime de terceirização.

Por Camila Turriani e Patrícia Fortunato

Ao longo das últimas décadas, a merenda – ou, como prefere o Ministério da Educação, alimentação escolar – tem passado por transformações. Para o MEC, o que houve foi uma evolução, ainda em curso, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), originalmente concebido nos anos 40. A intenção era suprir as carências nutricionais de parte da população brasileira. Mas a idéia não avançou, já que “interesses políticos e escassez financeira” impediram a concretização do plano, observa Albaneide Peixinho, coordenadora do PNAE, vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Foi na década de 70, segundo Albaneide, que se chegou à conclusão de que a merenda não devia simplesmente “matar” a fome, mas suprir as necessidades fisiológicas do aluno. A partir daí, merenda (que significa refeição ligeira, lanche) virou alimentação escolar. “O termo ‘merenda escolar’ tem uma conotação pejorativa, de ‘comida de pobre’, de alimentação por caridade”, afirma a nutricionista Joana P. Darc Mura, que já presidiu a Associação Brasileira de Nutrição (Asbran). “Houve uma evolução do conceito e,

hoje, a alimentação escolar tem outro significado.”

Joana lembra já ter havido época em que os alimentos destinados à merenda eram o excedente da produção de outros países, que enviavam a comida para o Brasil por caridade. Houve ainda, segundo a nutricionista, época em que as intenções foram boas, mas a realização desastrosa. A tentativa de introduzir concentrados de soja – que, na aparência, lembravam ração para cachorro anunciada na TV

NÚMEROS QUE IMPRESSIONAM

Orçamento do MEC para alimentação escolar: R\$ 1,265 bilhão

Alunos atendidos: 36,4 milhões

Faturamento do setor de refeições coletivas no Brasil: R\$ 6,9 bilhões

Participação da alimentação escolar no faturamento da indústria: 4% (R\$ 276 milhões)

naquele momento – foi frustrante. A experiência se repetiu com suco em pó de tomate, de gosto muito ácido e prontamente rejeitado pelos alunos.

Atualmente, o programa de alimentação escolar faz parte do tripé do Fome Zero e, segundo o MEC, evolui. Exemplo disso seria a inclusão de creches no programa, bem como a equiparação dos recursos destinados à alimentação escolar, hoje em R\$



Divulgação

Albaneide Peixinho, coordenadora do PNAE: concebido nos anos 40, programa demorou a avançar

0,18 diários por criança. O repasse diário para comunidades indígenas e quilombolas é de R\$ 0,34, o que também é considerado uma conquista. Além disso,

tação Escolar (CAEs). Formados por representantes da sociedade (pais, alunos, professores e membros do Executivo e do Legislativo), os CAEs auxiliam as Secretarias de Educação (entidades executoras do PNAE) e são responsáveis pela aprovação das contas de municípios e Estados. Também são atribuições dos CAEs a fiscalização e execução do programa de alimentação, a contratação de nutricionistas e a composição dos cardápios. O MEC tem realizado treinamento de CAEs em diversas regiões e acredita ser um desafio capacitar gestores para cobrir 5.650 municípios brasileiros.

O Ministério afirma que o trabalho integrado de órgãos de controle interno e externo, como a Controladoria Geral da União (CGU) e o Ministério Público (MP), também colaboram com o aperfeiçoamento do PNAE.

Na lista dos desafios a vencer, o MEC cita a extensão do programa aos alunos do ensino médio, a simplificação da legislação e o aumento de capacitação dos Conselhos de Alimen-

Um dos desafios relacionados à alimentação escolar, avalia Joana, é fazer com que as crianças aprendam a comer alimentos saudáveis. “O fast-food tem um apelo muito grande e razões até antropológicas, como a saída da mãe para o trabalho”, afirma. Segundo

ela, as mães acabam permitindo que os filhos comam lanches, salgadinhos e outras guloseimas que têm forte apelo na mídia como forma de compensação pela ausência do lar. O atual papel da mulher na sociedade faz ainda com que as atribuições da escola, no que diz respeito também à alimentação dos alunos, só aumentem. "A escola é

defende que a quantidade de frutas e legumes servidas para os alunos aumente e que grãos refinados sejam substituídos por outros alimentos. Ela também questiona o tempo que as crianças têm para se alimentar enquanto estão em horário de aula, que deveria ser maior, e afirma que só "uma coalizão de professores e profissionais

Quando terceiriza, prefeitura não pode perder o controle sobre cardápio e avaliação do programa

o ambiente propício para a aplicação de programas de educação alimentar e saúde", observa. "Os alunos são carentes de informação e o professor ainda é o exemplo a ser seguido."

Joana diz que não há uma receita-modelo a ser seguida pelas escolas, mas

de saúde, que ajudem os alunos a entender o conceito de saudabilidade dos alimentos", fará com que a conscientização das crianças cresça e que a alimentação melhore. Ela reconhece que a tarefa é difícil e que, para os alunos, alimentos como batata

frita e catchup são verdadeiros "prêmios", mas que a cumplicidade entre pais, professores e nutricionistas pode mudar o quadro.

Os desafios do MEC e dos profissionais de nutrição são também os desafios

da indústria alimentícia, que encontrou na alimentação escolar um filão a ser explorado, ou um "nicho de mercado", no jargão empresarial. Antonio Guimarães, diretor-superintendente da Associação Brasileira das

EM SOROCABA, FINAL FELIZ

A cidade de Sorocaba (SP) é considerada referência no sistema de terceirização da alimentação escolar por diversas prefeituras de São Paulo e de outros Estados, que a procuram periodicamente em busca de informações sobre o assunto. Desde 1997, a administração municipal transferiu para empresas de refeições coletivas as atividades burocráticas e operacionais. Atualmente, toda a rede municipal e estadual de ensino do município é atendida por esse serviço, além de unidades do Serviço Social da Indústria (Sesi) e entidades filantrópicas. No total, são 225 escolas, 130 mil alunos e 160 mil refeições por dia. Os motivos que conduziram

Sorocaba à terceirização foram a perspectiva de economia de recursos públicos e a busca pela padronização operacional e pela qualidade da alimentação. "A administração tem a alimentação como um ônus resultante da condição sócio-econômica da população", diz o advogado Jorge Reis e Cunha Neto, responsável pela migração do modelo de autogestão para o terceirizado. "Se todos tivessem plena condição de fornecer alimentação correta e suficiente aos seus filhos em casa, eles provavelmente, dispensariam a merenda. Este fato é percebido de bairro a bairro: nas regiões centrais a procura é menor. Já na periferia, não só a procura é absoluta,

como se verifica repetição. Muitos alunos ainda vão à escola para se alimentar."

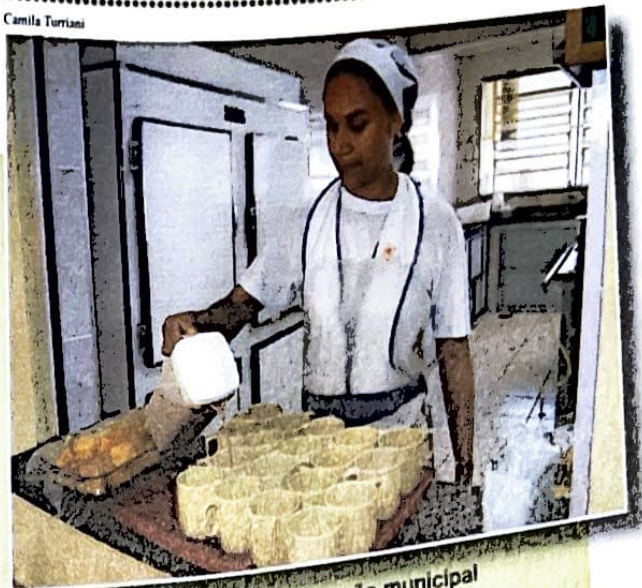
A secretaria municipal da Educação mantém setor especialmente designado para coordenar todo o programa da merenda escolar. Segundo a nutricionista Edna Etsuco Tanaka, o grande diferencial é que o município não abre mão do gerenciamento do programa. "Garantimos que o padrão contratado seja realmente executado", diz. A alimentação é preparada nas próprias escolas, que servem até cinco refeições diárias. É o caso das creches, onde as crianças ficam em período integral. Patrícia Elaine de Oliveira Bettim, cuja filha é aluna do Centro de Educação

Infantil Anna Rusconi, diz que tem plena segurança de que as necessidades nutricionais de sua filha são supridas no que se refere a quantidade, qualidade e horários adequados.

"Antes não era ruim, mas a terceirização trouxe um serviço diferenciado, pois eles procuram sempre inovar o cardápio, realizando também testes de aceitação da criança. É superválido", comenta Patrícia. Elaborados mês a mês, os cardápios combinam variedade e qualidade. Macarronada à bolonhesa, polenta com frango e torta de legumes são exemplos de alguns dos pratos que fazem parte do menu.

Até 1996, a merenda escolar era preparada e distribuída

Camila Turiani



Gestão compartilhada: administração municipal não abre mão do gerenciamento do programa

pela prefeitura. Na ocasião, o município encontrava-se em situação financeira difícil, com índices de aplicação de recursos acima dos previstos na legislação, o que provocou a demissão de 927 funcionários. Nessa redução, 89 merendeiras foram exoneradas, além de outras 186

que haviam sido demitidas por conta do término de contrato. Hoje, cada refeição servida custa à prefeitura a média de R\$ 0,63. Só em junho passado, foram servidas mais de 3 milhões de merendas, a um custo de cerca de R\$ 2,4 milhões.

Empresas de Refeições Coletivas (ABERC), afirma que o setor prepara 50 milhões de refeições diárias a crianças em idade escolar. Para 2005, a associação prevê faturamento total de R\$ 6,9 bilhões (dos quais

4%, ou R\$ 276 milhões, relacionados ao segmento escolar).

Para 2006, a estimativa é de que 8% do volume de refeições servidas no país por empresas privadas seja destinado às escolas.

programação e o treinamento do pessoal são responsabilidade da empresa contratada, embora algumas funções ainda devam ser compartilhadas, como o controle, a supervisão e a avaliação do programa. As atividades operacionais – como

refeição servida. Para viabilizar o contrato, a empresa faz um levantamento sobre os gastos com a merenda no município. Depois, as duas partes compõem e definem o valor do cardápio, explica Beatriz. Normalmente, a periodicidade de refeições servidas diariamente é a seguinte: uma para alunos do ensino fundamental, duas para o ensino médio e quatro

Oportunidade de negócios faz com que empresas mirem a melhora dos hábitos alimentares

A ABERC avalia em 23 milhões o potencial de refeições diárias para empregados de empresas e em 17 milhões nas escolas. O grande número de crianças em idade escolar e o orçamento do MEC para a tarefa são indicadores de que a alimentação escolar é, sim, um mercado promissor. Desde 2003, os investimentos do PNAE alcançaram R\$ 5,9 bilhões. Para 2005, o orçamento do MEC para a alimentação escolar é de R\$ 6,9 bilhões.

para alimentação está livre do contingenciamento de verbas do governo, ou seja, não fica engessado para engordar o superávit primário (economia feita para pagar juros da dívida brasileira).

A oportunidade de negócios faz com que as empresas do setor mirem na necessidade de melhora dos hábitos alimentares dos alunos. Para Guimarães, quanto mais as crianças forem vistas como cidadãs, e receberem alimentação

adequada, melhor será o desenvolvimento escolar. E criança melhor alimentada também reverte em melhores resultados para as indústrias, tanto que os maus hábitos alimentares são citados como um obstáculo à comercialização de refeições escolares.

“É preciso criar hábitos alimentares saudáveis nas crianças, fazer com que elas aceitem um cardápio rico em legumes, verduras e frutas, e que absorvam a quantidade e a qualidade dos nutrientes necessários para o seu desenvolvimento”, defende Ederson Christian Alves de Oliveira, diretor comercial da Real Food. A empresa, com sede em Santo André e filiais em outros estados, fornece, diariamente, 5 mil desjejuns, 14 mil almoços e 6 mil lanches a crianças em idade escolar. Oliveira explica que os cardápios são balanceados e que, em maioria, são compostos de produtos *in natura*.

Outra empresa do setor, a ERJ, afirma servir, diariamente, 70 mil merendas. Ela atua em municípios do Estado de São Paulo e atende cerca de 100 escolas, que preparam a merenda com os produtos fornecidos pela empresa. Os cardápios são elaborados 30 dias antes do envio dos produtos e são combinados

A ARTE DA LICITAÇÃO

Em todos os tipos de licitação, o principal cuidado a ser tomado envolve a descrição dos serviços a serem executados, que deve ser bem objetiva. No caso dos editais relacionados à alimentação escolar, é necessário que sejam fixadas unidades, calorias, proteínas, tipos de cardápios e frequência.

Já a elaboração do cardápio deve seguir as orientações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), garantindo 15% das

necessidades calóricas e protéicas diárias. As refeições devem ter um mínimo de 350 calorias e nove gramas de proteínas. Durante o período contratual, é importante a atuação de um agente fiscalizador dos serviços prestados pela empresa, a cargo do município, que verifique as especificações inseridas no edital.

Especialista em processos de licitação, o advogado Antonio Décio Guerreiro, diretor jurídico e fiscal da Associação Brasileira das Empresas de Refeições Coletivas (ABERC), diz que “o edital é

lei”. Desse modo, tudo o que nele for estipulado deve ser cumprido.

Para Guerreiro, uma grande vantagem da terceirização é a redução no número de licitações; na autogestão, é feita uma para cada item que compõe a merenda. Outro ponto positivo é que as prefeituras passam a ter apenas um fornecedor para fiscalizar, além de eliminar investimentos em áreas de estoque e conservação de alimentos.

O QUE CABE AO PRESTADOR DOS SERVIÇOS

No site do MEC (www.mec.gov.br), encontram-se propostas de diretrizes e critérios para o aperfeiçoamento da programação e do controle de qualidade do PNAE, a fim de adequá-lo à legislação vigente. Em relação a processos de licitação visando à compra de alimentos, a empresa concorrente deverá apresentar:

1 As amostras do produto licitado, 10 dias úteis antes da data de abertura das propostas do processo licitatório, visando facilitar a avaliação da qualidade dos alimentos.

2 Documento que comprove a visita do serviço de vigilância ou inspeção sanitária do estado ou município nos últimos 12 meses, excetuando os casos de pequenos produtores agrícolas que participam do programa de aquisição direta de alimentos do governo

municipal, estadual ou federal e que contam com a orientação do serviço de vigilância sanitária local.

3 Documento que comprove o número do registro ou a notificação no órgão competente, expresso no rótulo do produto, excetuando-se os casos de produtos dispensados do registro segundo a legislação sanitária em vigência.

4 Todos os produtos de origem animal deverão apresentar cópia do Certificado do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Estadual (SIE), ou lavrado pela autoridade sanitária municipal competente, nos casos de pequenos estabelecimentos produtores.

5 Certificado de classificação do produto agrícola, quando for o caso, expedido por órgão oficial competente da agricultura ou credenciado.

6 Autorização de importação do órgão competente do Ministério da Saúde ou do Ministério da Agricultura, quando se tratar de produtos importados. Incluir também a certificação de qualidade do produto expedido por órgão oficial de controle do país de origem, atendendo às demais exigências fixadas na legislação sanitária em vigor. No caso dos produtos do Mercosul, verificar o cumprimento das resoluções aprovadas pelo acordo.

7 Nos casos de suspeita de problemas na qualidade do alimento, o serviço de vigilância sanitária local deverá ser contatado para a realização de inspeção ou coleta de amostras do produto para análise laboratorial.

entre as prefeituras e a empresa, que conta com equipe de nutricionistas e merendeiras.

Os editais com os cardápios da merenda são elaborados pela prefeitura mas é comum as empresas fazerem sugestões ao menu. “Temos um setor de desen-

volvimento de produtos que oferece novidades em combinações ao cardápio”, explica Fabiana Piccinalli, gerente comercial da área de alimentação escolar da Coan, empresa de refeições coletivas sediada em Tietê e que abastece 23 prefeituras paulistas e outras 12 em

nove estados. “O valor da terceirização da merenda é equivalente à soma dos custos diretos e indiretos da prefeitura no setor”, pontua. ■

Matéria originalmente publicada na revista Educação, edição de novembro.



*Inclusão social, aumento de renda,
lição de cidadania.*

Graças à ajuda de empresas, empresários e muitas outras pessoas, o Projeto Padarias Artesanais do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo não pára de crescer. Até agora foram doados mais de 6.500 kits com forno, botijão de gás, liquidificador, batedeira e assadeiras. Um kit simples, que ajudou milhares de pessoas a recuperar seu sonho e sua dignidade. Ajude você também. Ligue (11) 3874-6952 ou acesse www.fundosocial.sp.gov.br



FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE
DO ESTADO DE SÃO PAULO

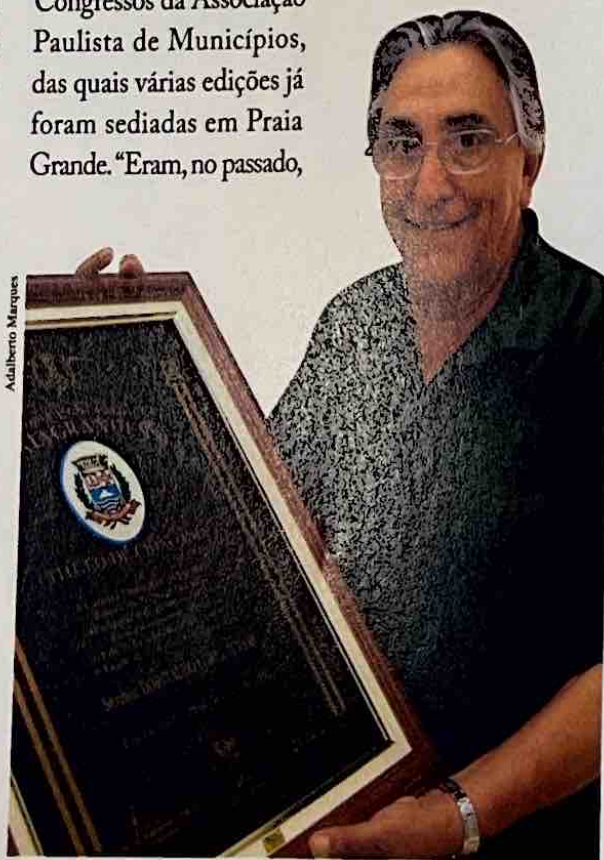
Saudade da vida pública

Ex-prefeito de Praia Grande, Dorivaldo Loria Junior, o Dozinho, conta histórias do passado e opina sobre a atual estrutura política

“Muita saudade...” Ao lembrar da carreira política construída em Praia Grande, Dorivaldo Loria Junior, mais conhecido por Dozinho, desacelera a fala e deixa escapar a frase melancólica. Isso porque sua trajetória está diretamente ligada a recente história política de sua cidade. Com a emancipação político-administrativa confirmada em 1964, Praia Grande (que pertencia a São Vicente) passou a ser conduzida por interventores estaduais. Quatro anos depois, a cidade elegeu seus primeiros representantes populares para o executivo e legislativo. Dozinho, então com 28 anos, tomou posse como primeiro prefeito, juntamente com mais nove vereadores. Desde aquela época, já assumiu três mandatos na prefeitura.

Admirador político de Adhemar de Barros, o ex-prefeito lembra com entusiasmo da vida pública e das participações imprescindíveis aos Congressos da Associação Paulista de Municípios, das quais várias edições já foram sediadas em Praia Grande. “Eram, no passado,

grandes laboratórios de idéias para os gestores de todo o Estado. A voz dos municípios chegava em Brasília”, entoa com voz de discurso.



Ex-prefeito Dozinho segura o título de Cidadão Praiagrandense, recebido em 1991

O ex-prefeito confirma a importância da realização dos encontros da APM no tempo atribulado e de restrição às opiniões durante a ditadura: “A associação foi o único organismo que permaneceu aberto naquela época. A APM nunca se curvou.”

Homem de riso fácil, Dozinho só fica sério quando observa a existência de tantos técnicos em cargos de alto comando da área pública: “Os cargos precisam ser ocupados por políticos, só eles têm uma postura ideal para liderar e conduzir a administração pública”, diz.

Com 65 anos, Dozinho é atualmente primeiro suplente de um vereador de Praia Grande. Entre as atividades no Centro Empresarial Dozinho – especializado em advocacia e coordenado pela mulher Layde Loria –, e as idas ao sítio em Serra Negra, o ex-prefeito ainda gosta de gastar as horas com as recordações da vida pública e opinar sobre o presente político. Afinal de contas, “o político tem que se exercitar. Ele pode ter todos os defeitos do mundo, só não pode ser maneta”. ❖

Esta coluna resgata figuras importantes da cena política que participaram da história do Congresso Estadual de Municípios. Em 2006, o evento promovido pela Associação Paulista de Municípios estará na sua 50ª edição.

Onde você guarda o seu racismo?

foto: Aderl Costa

Não guarde o seu racismo. Jogue fora.

A campanha "Onde você guarda o seu racismo?" é realizada pela iniciativa Diálogos Contra o Racismo, que reúne mais de 40 instituições da sociedade civil na luta pela igualdade racial no Brasil.

O objetivo: incentivar mudanças de pensamentos, hábitos e atitudes. O caminho: revelar e discutir as várias formas de guardar o racismo, provando que todas elas são nocivas, destrutivas e altamente contagiosas.

www.dialogoscontraoracismo.org.br



DIÁLOGOS
contra o racismo
[Pela igualdade racial]

Conselho atuante

Governador Geraldo Alckmin recebeu diretoria da APM e os presidentes de entidades regionais de todo o Estado, no último dia 13 de dezembro



Diretoria da APM e presidentes das entidades pertencentes ao Conselho Consultivo são recebidos no Palácio dos Bandeirantes

Os representantes das 20 entidades levaram até o governador, em reunião no último dia 13 de dezembro, suas reivindicações referentes ao transporte escolar, cobrança do uso da água, patrulha rural, isenção de ICMS para máquinas e outros equipamentos adquiridos pelas prefeituras e venda de energia elétrica, e aumento da produção de remédios pela FURP para atender a demanda.

A APM solicitou também o apoio do governador para assuntos da esfera federal como: financiamento pelo BNDES às prefeituras; abertura de linhas de crédito; aumento de 1% do Fundo de Participação dos Municípios, cuja proposta está em andamento no Congresso Nacional; ITR para as prefeituras (Proposta no Congresso Nacional); isenção de IPI de máquinas adquiridas pelas prefeituras; limite

de gasto com precatórios e comprometimento de no máximo 2% do orçamento do município e ao Projeto de Lei Estadual 798/97

constitucionalmente reservada aos municípios.

A diretoria da APM é recebida pelo governador bimensalmente e todos os

APM também pediu apoio para temas federais como o aumento em 1% do FPM

do Deputado Vaz de Lima, que propõe a alteração na cota parte da arrecadação do ICMS

presidentes das entidades regionais fazem parte do Conselho Consultivo da APM. ■

1º FÓRUM METROPOLITANO DA RMC CONVOCA SOCIEDADE CIVIL



Encontro em Campinas destacou criação das câmaras temática de Segurança, Habitação, Meio Ambiente

A criação das câmaras temática de Segurança, Habitação, Meio Ambiente e a construção do Aeroporto Industrial de Viracopos foram destaque do 1º Fórum Metropolitano da RMC, realizado em dezembro, em Campinas. O evento reuniu prefeitos, secretários e os membros das câmaras temáticas, representantes estaduais e entidades empresariais e sindicais.

Na opinião do presidente do Conselho da RMC, Hélio de Oliveira Santos, prefeito de Campinas, o principal avanço

da região foi a conquista do Aeroporto Industrial de Viracopos que integra, junto com os aeroportos de Confins, Galeão, São José dos Campos e Petrolina, um Centro Logístico Aduaneiro.

A proposta do Fórum, além da apresentação do balanço das principais realizações e conquistas obtidas nos últimos cinco anos, foi a convocação da sociedade civil para a elaboração do plano de ação do Conselho de Desenvolvimento da RMC – Região Metropolitana de Campinas.

ASB
DIREITO PÚBLICO MUNICIPAL

ADVOGADOS ASSOCIADOS

TEL.: 11 5505 4011
11 4912 3812

WWW.ASBADVOGADOS.COM.BR

**ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE
LEI, DECRETOS, PORTARIAS,
EDITAIS DE LICITAÇÃO, MINUTAS
CONTRATUAIS, RESOLUÇÕES E
CIRCULARES**

**ASSESSORIA E
CONSULTORIA PREVENTIVA –
PARECERES TÉCNICOS**

**DEFESA E SUSTENTAÇÃO
JURÍDICA JUNTO AO TRIBUNAL DE
CONTAS DA UNIÃO E DOS ESTADOS**

**DEFESA EM AÇÕES CIVIS
PÚBLICAS POPULARES E
MANDADOS DE SEGURANÇA**

Novo comandante

Conselheiro Robson Marinho é eleito novo presidente do TCE; ele ocupará o cargo pela segunda vez

Por João Prado, do TCE

O conselheiro Robson Marinho será o presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em 2006. Ele foi eleito por seus pares no dia 14 de dezembro último, em sessão especial do Tribunal Pleno – juntamente com Antônio Roque Citadini, para a vice-presidência, e Eduardo Bittencourt Carvalho, para a corregedoria.

Marinho ocupará a presidência pela segunda vez. A primeira ocorreu no ano de 2000, três anos depois de ter tomado posse no cargo de conselheiro, em 1997. Deixou consignado, no seu breve discurso após a eleição, que “voltar à presidência é ao mesmo tempo uma grande honra e um grande encargo”. Observou também que se sentirá um presidente satisfeito se conseguir manter o atual nível de prestígio e eficiência da Casa; e lembrou de um dos fatos marcantes da sua primeira presidência, “a contribuição do Tribunal para

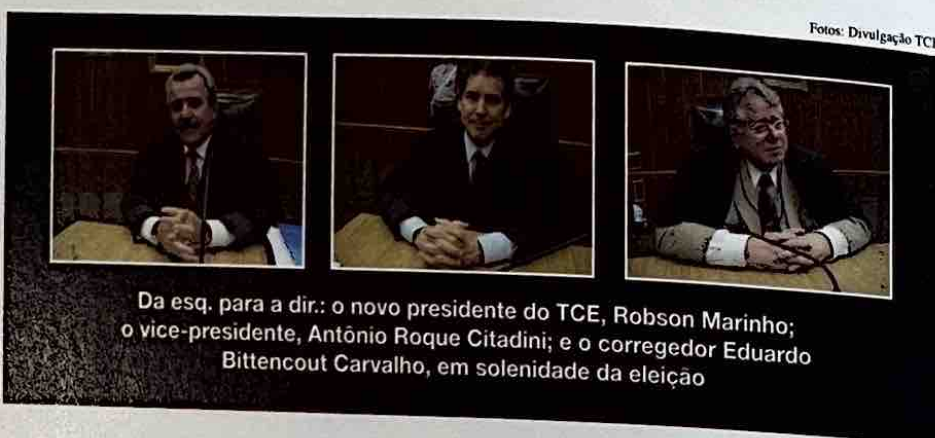
a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal no ano que foi promulgada”.

RENOVAÇÃO

“O tempo tem demonstrado que esta troca anual

Ele observou que está no Tribunal há 12 anos e que nesse período só viu o mesmo crescer, “certamente graças a esse intercâmbio de formação, de origem, de conhecimentos e de

Antônio Roque Citadini e Eduardo Bittencourt Carvalho, realçando que eles constituem retaguarda sólida e precisa às decisões administrativas do Tribunal.



Fotos: Divulgação TCE

Da esq. para a dir.: o novo presidente do TCE, Robson Marinho; o vice-presidente, Antônio Roque Citadini; e o corregedor Eduardo Bittencourt Carvalho, em solenidade da eleição

da direção administrativa tem sido benéfica para a Casa. Entram sempre novas idéias, novas propostas, novos ares, que se misturam aos fatos já em andamento e compõem uma força harmônica, dinâmica, saudável e desejável para toda a instituição”, afirmou o conselheiro Renato Martins Costa, escolhido pelo colegiado para saudar a nova direção administrativa.

experiências de seus presidentes. Agora com o conselheiro Robson Marinho não será diferente. Ele já foi um grande presidente e será maior ainda, pois as condições de trabalho hoje são melhores. Evoluíram, como eu já disse, graças ao trabalho que vem sendo feito ano a ano”.

Costa enalteceu também as qualidades do vice-presidente e do corregedor eleitos, conselheiros

Por fim, o representante do colegiado elogiou a administração que está de saída: “Presidente Cláudio Alvarenga, o Tribunal tornou-se um eterno devedor seu. Por todas as suas qualidades, quer administrativas, quer morais, várias barreiras foram ultrapassadas neste ano difícil, complexo. O Tribunal entra no novo ano em alta. Sua administração está classificada entre as grandes desta Casa.”

Divulgação/IBGE

IBGE lança CD com informações municipais

A versão digital da Base Estatcart de Informações Municipais 2004 oferece mais de 700 variáveis atualizadas sobre todos os municípios do país. São informações, produzidas pelo IBGE e outros órgãos de pesquisa, que, reunidas, permitem diversas consultas, construção de planilhas, criação de mapas, cálculos de indicadores, dentre outras possibilidades. Tudo de forma ágil e estruturada para facilitar a leitura e a análise dos registros municipais.

IBGE pesquisa quase um milhão de empresas na área de serviços

A divulgação da Pesquisa Anual de Serviços do IBGE (PAS 2003), realizada no dia 29.11.2005, destacou que o segmento de Serviços de Informação obteve a maior receita operacional líquida (R\$100,3 bilhões) entre os serviços não-financeiros. Neste segmento, o setor de Telecomunicações foi responsável por 67,7% da receita. O segmento Serviços prestados às famílias respondeu pelo maior número de empresas (366.864 empresas), enquanto Serviços prestados às empresas empregaram mais gente (2.237.842 pessoas) e pagaram o maior volume de salários e outras remunerações (R\$ 20,560 bilhões).

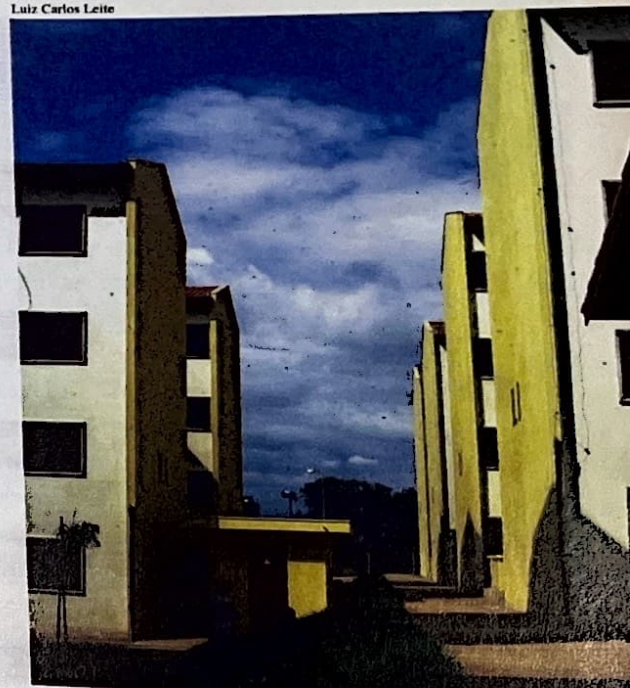
Municípios fora dos centros urbanos ganham espaço no PIB do País

Entre 1999 e 2003, as capitais brasileiras perderam participação no PIB (Produto Interno Bruto), em favor de cidades que estão fora dos grandes centros urbanos e cujas economias ganharam força no cenário nacional. Em 2003, esse grupo de municípios se tornou responsável por quase metade (49,7%) de toda a riqueza produzida no Brasil (R\$ 1,5 trilhão) naquele ano. Entre 1999 e 2003, as capitais também passaram a deter uma menor fração da produção na indústria e nos serviços. Ainda assim, o Produto Interno Bruto dos Municípios continuou indicando concentração: em 2003, apenas dez cidades produziam 25% de toda a renda do país.

PNAD 2004: Ocupação cresceu e rendimento ficou estável

Depois de cair desde 1997, o rendimento médio real da população ocupada estabilizou-se em R\$ 733 e a concentração das remunerações continuou em declínio: enquanto a metade com os menores rendimentos da população ocupada teve ganho real de 3,2%, a outra metade teve perda de 0,6%. Já o nível da ocupação – percentual de pessoas ocupadas na população de dez anos ou mais de idade – foi o maior desde 1996. Estas informações foram levantadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE que, em 2004, entrevistou quase 400 mil pessoas e visitou pouco mais de 139 mil domicílios em todo o Brasil.

Luiz Carlos Leite



Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios visitou cerca de 139 mil casas brasileiras

Procure o IBGE, estamos ao inteiro dispor, através de vários canais de atendimento, inclusive pela nossa Rede de Agências, composta por 100 unidades, estrategicamente instaladas por todo o Estado de São Paulo, ou por intermédio do Setor de Documentação e Disseminação de Informações, instalado no prédio da sede estadual, à Rua Urussuí nº. 93, Itaim Bibi, São Paulo, SP, pelos telefones: (11) 2105-8200, 2105-8281, 2105-8231, 2105-8210 e 2105-8212.

Leis de mercado

Por Claudio Manesco

Milhares de casas, uma centena de ruas, muitos bairros rurais e cerca de vinte mil habitantes. Um povo solidário, pronto para ajudar o próximo, mas – como ninguém é perfeito – ávido em falar da vida alheia. As conversas, num tempo em que não existia internet eram uma crônica da vida cotidiana da cidade. E os políticos eram, quase sempre, o alvo.

Histórias como a do vereador semi-analfabeto que, ao ser chamado para expor sua opinião, dizia que a dele era igual à do que o havia antecedido. Ou sobre o italiano que sugerira um encanamento de bambu para a vila do lado do rio. Houve também um vereador que sugeriu um projeto de lei para acabar com os abusos do japonês da quitanda que tinha exorbitado no preço dos tomates e da laranja. Tudo isso porque ouvira dizer que a razão dos preços altos era a tal da lei da oferta e da procura. Mas o interessante, no entanto, foi o “causo” contado a propósito da história da revogação da lei em questão, e que havia se passado bem longe do universo político.

O fato é que o “seu” Lauro

era desses comerciantes que não tinham muita noção do preço das coisas. Homem simples, contentava-se sempre com alguns trocados para a cerveja e o cigarro. O restante, para o sustento mensal, era garantido pelos dividendos da sociedade com os irmãos na venda de implementos agrícolas, fabricação de carrocerias e manutenção dos implementos vendidos. Num sábado, lá estava “seu” Lauro pronto para cerrar as portas da oficina quando chega um conhecido. Trouxera um motorzinho “que por nada nesse mundo tratava de funcionar” e “seu” Lauro se enfronhou para

dentro da oficina e por uma hora brigou com o dito cujo. Quando os palavões cessaram, o serviço estava finalizado.

– Tá pronto!

– Obrigado, Lauro. Quanto foi?

Em voz baixa, balbuciou um valor quase inteligível.

– Quanto?

– É isso mesmo que você escutou.

– Mas Lauro, você nunca cobrou tanto!

– É, mas desta vez tive de

desmontar o motor inteiro, trocar as velas etc. Enfim, é isso. Se você quiser você paga e se não quiser tudo bem.

– Se for isso o que você está dizendo, tome aqui o cheque.

Mal o cliente saiu e “seu” Lauro virou-se para os sobrinhos que estavam ali meio sem fazer nada e arrematou batendo forte a mão direita num dos bolsos da calça.

– Hoje eu livreí minhas telhas...:::



Evandro Rodrigues

Casos havidos ou romanceados, “causos” são o objeto desta nossa coluna, que, com sua ajuda, irá ganhando musculatura, revelando um pouco do espírito caboclo da política bandeirante. A idéia é que por aqui desfilem casos e “causos” que resgatem curiosidades da política e também histórias do dia-a-dia da gente paulista. Envie sua história para o e-mail: cmchrisma@terra.com.br



**Quando o presente está na Nossa Caixa,
o futuro fica muito bem guardado.**

O Banco Nossa Caixa abriu suas portas para gerações inteiras. São décadas de solidez que geraram produtos e serviços de qualidade, programas de crédito sob medida e, o mais importante, clientes confiantes. Afinal, se a Nossa Caixa reúne tradição e modernidade, segurança e rentabilidade é pensando na satisfação de cada um de seus clientes.

Nossa Caixa. Abre todas as possibilidades para você.

Nossa Caixa
O banco do coração de São Paulo



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

No que depender da Prodesp, a vida nos municípios paulistas vai ficar ainda melhor.

A Prodesp é a empresa de tecnologia da informação do Governo do Estado de São Paulo. Seu trabalho é desenvolver produtos e serviços para melhorar a qualidade da gestão pública e facilitar a vida do cidadão. E este trabalho está à disposição de todos os

municípios paulistas, seja através de soluções já testadas pelo Governo e aprovadas pela população, ou de produtos criados especialmente para prefeituras. Com isso, a Prodesp coloca a tecnologia a serviço da cidadania e do desenvolvimento do Estado de São Paulo.

Sistema de Emissão e Controle de Multas Municipais

Automatiza o controle e a cobrança de multas municipais de trânsito. Integra o município ao Detran, ao Licenciamento Eletrônico e ao sistema bancário, agilizando o processo de arrecadação.

Sistema Integrado de Controle Financeiro

Composto pelos módulos orçamentário, financeiro, contábil e de contratos, assegura uma gestão mais eficaz dos recursos públicos, contemplando, entre outros itens, empenhos, receitas, pagamentos, cauções, despesas extra-orçamentárias e reservas.

GuiaRH

Solução que oferece, de forma rápida e simples, informações completas do quadro de pessoal da administração. Permite estudos, análises e acompanhamentos com abordagens qualitativa e quantitativa.

Desenvolvimento de Competências Comportamentais

Programas de treinamento comportamental voltados à excelência no atendimento; à alta performance; à administração de conflitos; à criatividade; ao gerenciamento de emoções; e ao equilíbrio saúde x estresse, entre outros temas.

Data Center e Central de Atendimento Prodesp

Infra-estrutura completa para hospedagem de computadores e sistemas, com garantia de segurança e acesso às informações 24 horas. Oferece, ainda, serviço de suporte telefônico personalizado. Tem certificação ISO 9001.

Farmácia Eletrônica

Racionaliza a distribuição de medicamentos a pacientes em hospitais e centros de saúde. Reduz o desperdício a zero, gerando economia suficiente para ampliar o número de pacientes atendidos sem aumento dos gastos.

Sistema de Controle Patrimonial

Executa o controle físico e contábil de bens patrimoniais, registrando incorporações, transferências, doações, baixas, revalorizações e envios para manutenção.

Sistema de Controle de Estoque

Realiza o controle físico e contábil de almoxarifados. Registra movimentação de materiais, emite pedidos de compra, oferece posição sintética e analítica do estoque, fornece o perfil de consumo dos requisitantes e o seu custo por período e emite balancetes e inventário.

Acesso Livre

Solução flexível e de baixo custo baseada em software livre para programas de inclusão digital e outros projetos de informatização dos municípios.

Intragov

Rede de comunicação que permite acesso a serviços oferecidos pelo Governo do Estado na Internet, como a Bolsa Eletrônica de Compras.

E mais

- Infra-estrutura de redes;
- Sistema de Controle da Dívida Ativa;
- Sistema de Gestão do ISSQN.

Para mais informações,
entre em contato com:
Telefone (11) 6845-6473
Fax (11) 6845-6346
prefeitura@prodesp.sp.gov.br



CASA CIVIL



**GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ**